



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE HISTÓRIA**

ANA CAROLINA DANTAS TENÓRIO LEITE

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM ALAGOAS: rede de apoio e acessibilidade

**MACEIÓ
2018**

ANA CAROLINA DANTAS TENÓRIO LEITE

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM ALAGOAS: rede de apoio e acessibilidade

Trabalho de Conclusão Curso apresentado à Faculdade de História da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em História.

Orientadora: Profa. Dra. Célia Nonata da Silva.

**MACEIÓ
2018**

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Marcelino de Carvalho

L533v Leite, Ana Carolina Dantas Tenório.
Violência doméstica em Alagoas : rede de apoio e acessibilidade / Ana Carolina Dantas Tenório Leite. – Maceió, 2019.
91 f. : il.

Orientadora: Célia Nonata da Silva.
Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió, 2018.

Bibliografia: f. 90-91.

1. Violência contra as mulheres. 2. Serviço público, Acesso ao. 3. Mulheres – Acesso à justiça. 4. Violência familiar. I. Título.

CDU: 396(813.5)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE HISTÓRIA

ATA DE REGISTRO DE APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE
CURSO (TCC) À BANCA EXAMINADORA DO CURSO DE HISTÓRIA

Aos 24 dias do mês de outubro de 2018, foi instalada a Banca Examinadora do trabalho de conclusão de curso (TCC) de História do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA), às 18:00, na sala 107 desta IES, a que se submeteu o(a) graduando(a) Ana Carolina Santos Tenório Leite do curso de Licenciatura em História tendo como título o trabalho: Violência doméstica em Alagoas: rede de apoio e acessibilidade

como requisito para integralização curricular e obtenção do Diploma de Graduação após a Colação de Grau, tendo como Banca Examinadora os(as) professores (as):
Presidente(a)-Orientador(a) Lelia Nonata (UFAL), 2º membro Clara Suassuna, e 3º membro José Roberto Santos Gomes referendado pelo colegiado do curso de Bacharelado em História. Analisando a apresentação do trabalho pelos membros da banca examinador, foi atribuída a nota 9.5 o que resultou na APROVAÇÃO do trabalho. E, para contar, eu, presidente da banca, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelos membros da Banca Examinadora. Maceió/Alagoas, 24/10/2018.

1º Membro: Presidente(a) Orientador(a): Lelia Nonata
2º Membro: J. Roberto Santos Gomes
3º Membro: Clara Suassuna Renanê

Dedico este trabalho a toda a equipe do MPCOM que tanto faz pelo bairro Vergel do Lago e por outras localidades de Maceió. Dedico também a todos os cidadãos que usam o serviço como alternativa para a falta de acessibilidade à rede básica de assistência.

Agradecimentos

Agradeço a todos os que estiveram comigo todo o tempo, desde o começo da graduação até o seu fim. Agradeço à minha família que, dentre altos e baixos, sempre me incentivou e acreditou em mim. Agradeço ao acolhimento com o qual fui recebida ao me voluntariar no Ministério Público Comunitário. Foram e estão sendo anos de muito aprendizado, muita troca de experiência e muito amadurecimento.

A descrição do marginal é favelado, pobre, preto.

Traficando Informação- Mv Bill

RESUMO

A presente monografia busca expor de que forma funciona o único trabalho voluntário no âmbito da Justiça Comunitária em Alagoas, conhecido como Ministério Público Comunitário (MPCOM), voltado para a mediação comunitária de conflitos, ressaltando seu compromisso com a promoção dos direitos através da aproximação (ou tentativa) do usuário à rede básica de assistência e também na conscientização acerca de direitos e deveres. A mediação de conflitos, enquanto um dos principais serviços oferecidos, busca através do diálogo reestabelecer a autonomia da população, especialmente das partes conflituosas, mostrando que o respeito à fala e ao espaço do outro é essencial para a resolução de algum impasse. Para chegar até um dos pontos principais deste trabalho, que é a ineficácia das políticas públicas, a marginalização de toda uma realidade e o impacto na vida da mulher inserida nesse contexto, será tratada a trajetória do bairro Vergel, onde se situa o programa, e suas adjacências enquanto região de moradia baixa-renda e sua estigmatização perante a sociedade devido à origem da área e a forma com que a ocupação se deu em contraposição à postura do Estado.

A questão de gênero será abordada de forma específica e mais abrangente, ou seja, será tratada a questão dentro do bairro Vergel do Lago e num sentido mais amplo, em território nacional, expondo abordagens feministas e de historiadores que exemplificam as relações desiguais de gênero, de que forma se reproduzem e são perpetuadas, associando-as a outras questões como a financeira e a cor da pele.

Por fim, também será tratada a questão da dificuldade em que (sobre)vivem os órgãos e as instituições voltadas para atender a população que depende do serviço público. Uma questão tanto de falta de investimento, quanto da dificuldade em se trabalhar em um grupo onde a maioria ainda não começou a questionar as desigualdades sociais e as de gênero e outros que nem compreendem de fato o que seja e apenas desempenham um papel pontual e por vezes arbitrário dificultando ainda mais o acesso às políticas públicas.

Palavras-chave: justiça comunitária; conscientização; cidadania; acessibilidade; rede de apoio; gênero; desigualdade; pobreza; marginalização; estigmatização.

Abstract

This monograph seeks to show how the only voluntary work in the field of Community Justice in Alagoas, known as the Ministério Público Comunitário (MPCOM), focuses on community mediation of conflicts, highlighting its commitment to promoting rights through approximation (or attempt) of the user to the basic care network and also the awareness of rights and duties. Conflict mediation, as one of the main services offered, seeks through dialogue to re-establish the autonomy of the population, especially the conflicting parties, showing that respect for the speech and space of the other is essential for the resolution of some impasse. The inefficiency of public policies, the marginalization of a whole reality and the impact on the life of women inserted in this context are central aspects of this work and will be addressed by investigating the trajectory of Vergel neighborhood, where the program is located, and its adjacencies as a region of low-income housing, stigmatized by society due to the origin of the area and the way in which the occupation took place in opposition to the State's position.

The issue of gender will be addressed in a specific and more comprehensive way, that is, the issue will be addressed within the Vergel do Lago neighborhood and in a broader sense in the national territory, exposing feminist and historian approaches that exemplify unequal gender relations, how they reproduce and are perpetuated, associating them with racial and economic aspects.

Finally, this work addresses the survival of the public institutions that aim at serving the population which lives under vulnerable situation. It is a question of both lack of investment and the difficulty of working in a group where the majority have not yet begun to question social and gender inequalities, making the process of having access to public policies even more difficult.

Keywords: community justice; awareness; citizenship; accessibility; support network; genre; inequality; poverty; marginalization; stigmatization.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Condições de descumprimento em educação 2013.....	19
Imagem 2 – Favela Mundaú.....	29
Imagem 3 – Rua improvisada na Favela Mundaú.....	30
Imagem 4 – Favela da Muvuca (Papódromo).....	30
Imagem 5 – Favela Sururu de Capote.....	31
Imagem 6 – Canal que corta a Favela Sururu de Capote e chega à Lagoa.....	31
Imagem 7 – Favela da Torre.....	32
Imagem 8 – Na beira da Lagoa.....	32
Imagem 9 – Parte da sujeira no canteiro central.....	33
Imagem 10 – O esgoto ainda é descartado na Lagoa.....	40
Imagem 11 – Sobremortalidade masculina (1980-2016).....	80
Imagem 12 – População ocupada por tipo de atividade e gênero- 2011.....	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População foco do estudo.....	35
Gráfico 2 – Triagem: Sexo.....	48
Gráfico 3 – Triagem: Idade.....	48
Gráfico 4 – Triagem: Cor de pele.....	49
Gráfico 5 – Triagem: Estado Civil.....	50
Gráfico 6 – Triagem: Situação Ocupacional.....	50
Gráfico 7 – Triagem: Domicílio.....	51
Gráfico 8 – Triagem: Quantas pessoas moram no mesmo domicílio.....	51
Gráfico 9 – Triagem: Quantidade de filhos.....	52
Gráfico 10 – Triagem: Renda Familiar.....	53
Gráfico 11 – Triagem: Cadastro Único e Programas sociais.....	53
Gráfico 12 – Triagem: Escolaridade.....	54

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. ORLA LAGUNAR, VERGEL DO LAGO E ADJACÊNCIAS.....	20
2.1 <i>HISTÓRICO</i>	20
2.2 <i>ATUALIDADE</i>	26
2.3 <i>O MINISTÉRIO PÚBLICO COMUNITÁRIO</i>	38
3. O NÚCLEO MPCOM E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR.....	43
3.1 <i>A DISCRIMINAÇÃO DA MULHER</i>	55
4. A DESIGUALDADE DE GÊNERO COMO OBSTÁCULO.....	73
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	88

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca dar visibilidade ao bairro Vergel do Lago e suas adjacências (Ponta Grossa, Prado, Trapiche da Barra e Levada) como principais áreas de alcance do único programa do Estado voltado para a Mediação Comunitária de Conflitos, conhecido como Ministério Público Comunitário¹ (MPCOM). A exposição dos fatos acontecerá levando em consideração certos aspectos: o estigma da área mencionada perante a sociedade, citando alguns dos antecedentes históricos que possibilitaram as moradias irregulares, a degradação e a pobreza; sua perpetuação e marginalização enquanto área de moradia baixa renda; o descaso do poder público com a população pobre como um todo, especificando a que é objeto deste estudo através das demandas recebidas pelo programa, por meio do qual é possível observar a falta de acesso às políticas públicas e a situação de pobreza e ignorância em que muitos se encontram.

Para que isso seja possível, será feito um levantamento acerca da criação, estruturação e desenvolvimento (ou a falta dele) dessas áreas, para que assim possa ser explicada a atuação do MPCOM enquanto ponte para a viabilização do acesso aos direitos da população. Feito isso, será lembrado o histórico de violência no bairro, explicando a conduta violenta através das desigualdades de gênero enquanto produtoras e reprodutoras de estereótipos de mulheres submissas/oprimidas e homens violentos/opressores, numa relação dominante/dominado. É importante pontuar que, ao tratar a violência pelo viés dos estudos de gênero, estão compreendidos não só os conflitos entre o casal, mas também conflitos nas ruas, nas brigas de trânsito/bares/restaurantes/jogos, na violência do tráfico de drogas, nos hospitais (violência obstétrica, descaso com vítimas de violência sexual e assédios), nas prisões, etc. Enfim, uma série de exemplos que partem da perspectiva de o homem, enquanto homem, lutando para manter a sua posição superior entre os demais, fazendo uso inclusive da violência física e verbal (intimidação, humilhação, depreciação); e a mulher, submissa, à mercê do preconceito em relação a sua autonomia, sua autodeterminação, tendo geralmente sua voz calada e seu direito a igualdade negado.

¹ Também conhecido como MPCOM, se estabeleceu no Vergel do Lago em 2012 desenvolvendo um trabalho no âmbito da Justiça Comunitária.

Foi analisado o *Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Violência contra as Mulheres*² (2013), que originou o Mapa da Violência de 2015 – Homicídio de Mulheres no Brasil, e ficou claro que a equipe responsável pela coleta de dados para a elaboração do material visitou os órgãos destinados à rede³ de apoio de enfrentamento à violência contra a mulher em Alagoas, especificamente em Maceió, uma vez que a rede é mínima e a maior parte do aparato se encontra na capital, sendo obviamente insuficiente perante a demanda de todo o estado. A partir disso, foi possível observar que, além de essa rede não possuir em suas sedes⁴ ambientes acolhedores para uma vítima de violência, especificamente a mulher (seja essa violência física, verbal, psicológica, patrimonial, etc.), também não possuem uma equipe preparada para não julgá-la dentro da lógica androcêntrica e sexista ou treinada para fazer o seu trabalho de acolher, orientar, encaminhar ou examinar, seja qual for sua função, sem influenciá-la na resolução do conflito com seu companheiro em casa, onde ela é submetida a situações de violência, expondo sua vida e, por vezes, a de filhos à vulnerabilidade, sem mencionar as sequelas que ficam nas vítimas e a tendência a reproduzir tanto a violência como a postura sexista, levantando a questão da violência urbana, através de uma perspectiva de que a violência na família é uma matriz da violência na sociedade e de acordo com a autora Sílvia Malta:

A questão da violência doméstica só pode ser entendida dentro do contexto social mais amplo, pois a estrutura familiar não está isolada da estrutura da sociedade. Uma está contida na outra, influenciando as relações entre as pessoas. A exclusão social, o autoritarismo, o abuso de poder, as imensas desigualdades entre povos, raças, classes e gêneros, são elementos que desencadeiam estresse, competitividade, sentimento de humilhação e de revolta, falta de diálogo e de respeito ao outro. Esses elementos da estrutura social se inserem na estrutura familiar sem que seus membros se deem conta, desencadeando relações carregadas de intolerância e violência, atingindo principalmente a criança, por encontrar-se em condições de maior vulnerabilidade. (MALTA, 2001, p. 10)

O papel da mídia nesse contexto é fundamental para a manutenção dessa realidade, sempre pregando o pior para “criminosos”, sempre expondo as mazelas das

2 Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a violência contra a mulher ou CPMI-VCM, tem a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão do poder público em investir na rede de apoio que deve, teoricamente, dar suporte a mulher.

3 Delegacias, Núcleos, Secretaria, Casa de Abrigo, etc.

4 Nas Delegacias (comuns ou especializadas), Casa Abrigo, Secretarias, Núcleos, etc.

periferias (como se só houvesse violência nesses lugares) e marginalizando ainda mais a região. A marginalização é naturalizada e aceita pela população, que apoia o discurso dominante de que o crime é culpa do criminoso e também uma escolha dele; apoia linchamentos; apoia o desempenho truculento da polícia, entre várias outras violações que são aceitas e praticadas pela própria população ironicamente buscando justiça. Para que a situação fique bem mais clara, basta fazer uma pesquisa rápida no Google, apenas digitar Vergel do Lago⁵ e as principais notícias são relacionadas a pessoas ligadas ao tráfico que foram presas, a homicídios, ao marido suspeito de matar esposa, o namorado que não aceitou o fim do relacionamento e matou a namorada, porte de arma ilegal, etc.. Entretanto, quando se trata de problemas domésticos, muitos se omitem.

A tendência sempre foi não se envolver em conflitos de casal, sem levar em consideração que uma vida corre risco, que trata-se da integridade física e especialmente mental de uma pessoa, que podem haver crianças envolvidas na situação, etc. Uma série de violações de direitos e omissões que podem ser observadas, ressaltando que, de acordo com a Lei 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, em seu artigo 5º define “Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (CONGRESSO NACIONAL, 2006) ou ainda, de acordo com o Código Penal em art. 129, é definido crime “Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem” (CONGRESSO NACIONAL, 1940) e no que toca a questão da omissão, em art. 13, fica definido que “O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido”.(CONGRESSO NACIONAL, 1940)

5 <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2018/08/10/suspeito-de-trafico-e-morto-durante-troca-de-tiros-com-o-bope-no-vergel-do-lago-em-maceio.ghtml>
<http://www.tnh1.com.br/noticia/nid/policia-faz-operacao-de-combate-ao-trafico-e-prende-suspeitos-em-maceio/>
https://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2018/08/dupla-e-presa-suspeita-de-assaltar-policia-militar-no-vergel-do-lago-_59787.php
https://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2018/08/jovens-sao-presos-por-porte-ilegal-de-arma-de-fogo-no-vergel-do-lago-_59258.php
https://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2018/08/deic-prende-suspeito-de-tentar-matar-ex-namorada-no-bairro-do-vergel_59689.php
<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/jovem-e-executado-com-oito-tiros-no-vergel-do-lago-em-maceio.ghtml>
<http://www.alagoas24horas.com.br/1117590/jovem-e-presos-com-pistola-e-maconha-vergel-lago/>

A violência doméstica e familiar contra a mulher perpassa a questão da agressão física ou verbal (definidas em lei), ela está presente também na mulher que foi abandonada pelo marido com o(s) filho(s), se sobrecarregando, sendo colocada em uma situação de vulnerabilidade tanto econômica quanto emocional, elevando a questão a um problema estrutural⁶, perpetuando a pobreza que aquela mulher vive e submetendo seus filhos ao mesmo destino. De acordo com a Lei Maria da Penha, a violência contra a mulher pode se expressar de várias formas: numa prática sexual forçada, seja com o parceiro ou com fins lucrativos mediante coerção, num impedimento de utilizar os métodos contraceptivos ou qualquer outra imposição que se refira à sexualidade da mulher, na subtração ou destruição parcial ou total dos bens da mulher, no abalo intencional da autoestima (o menosprezo, a humilhação, a manipulação, o controle, o insulto, a chantagem, a exploração), enfim, tudo que comprometa a saúde psicológica e a autodeterminação da mulher.

Trata-se de uma relação social e habitual onde o homem deve mostrar sua virilidade, sua superioridade, seu controle, sua suposta incapacidade de demonstrar afeto, de criar vínculos afetivos, de criar/cuidar dos seus filhos e de si mesmo, de trabalhar nas funções domésticas, etc. Desde sempre, deve-se deixar claro quem está na posição de poder e quem está na posição de subordinado, expondo a herança patriarcal existente, muitas vezes inconsciente devido à ausência do senso crítico, ao costume e à própria banalização. De acordo com Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2014) no capítulo *Nostalgia da infância, saudades do feminino: em que momentos da vida de um homem o feminismo pode atuar a construção de outras masculinidades possíveis*, do livro organizado por Eva Alterman Blay (2014) e intitulado *Feminismo e Masculinidades*

A violência psíquica sofrida pela criança para tornar-se homem, para matar o feminino que ele foi, pode ser um dos fatores explicativos da violência masculina (não se trata aqui de justificá-la, mas de tentar entendê-la); a crueldade de que foi vítima pode vir a torná-lo um adulto cruel. A transformação de um menino em homem implica a submissão dele a rituais marcados pela crueldade, pela violência física e simbólica (o riso, a zombaria, o desprezo, o abandono, o assédio moral, o vilipêndio, até a agressão física e verbal acompanham a vida de qualquer menino sempre quando ele manifesta a presença daquilo que a sociedade e a cultura definem como sendo do feminino). Estas operações cotidianas vão arrancando o menino da barra da saia da mãe, vão expulsando-o do universo da casa, da cozinha, vão compelindo-o a ir para o espaço público, para a rua, para enfrentar o desconhecido. (BLAY, 2014, p.110)

6 <https://www.geledes.org.br/julguesm-homens-que-abandonam-seus-filhos-isso-diz-muito-sobre-nos/>

A mulher, desde que começou a ganhar mais espaço na vida pública e na própria historiografia, tenta mostrar que essa perspectiva de “homem à frente” como um protetor e sua sombra, tem bastante da questão religiosa como influência. A mulher como reprodutora (no sentido de reprodução da vida, na gestação, perpetuação da espécie desde a Criação; além de ser associada ao pecado devido a Eva) e o homem como o produtor, o provedor (à glória de Deus). De acordo com o trabalho de Silvana Mota Ribeiro (2000) intitulado *Ser Eva e Dever ser Maria: Paradigmas do feminino no cristianismo*:

Fornecendo um discurso povoado de imagens justificadoras – mas apresentadas como naturais e de origem divina –, o Cristianismo disponibiliza às mulheres os seus modelos de representação que estas, secularmente, tendem a aceitar como naturais e não como histórica e socialmente construídos. Assim, a Igreja encara a mulher fixando imagens, continuamente sujeitas a processos de sedimentação, do que a mulher é e do que deveria ser. (RIBEIRO, 2000, p.1)

A autora defende ainda que:

Relativamente ao papel social da mulher e à desigualdade tradicionalmente reservada ao sexo feminino, é importante compreender que estas questões não podem ser reduzidos a meras consequências de um discurso teológico. A hierarquia sexual consagrada nomeadamente pela Igreja Católica não surge com o Cristianismo, mas remonta muito para além dos primeiros cristãos. É, por isso, necessário perceber que o próprio contexto sociocultural terá influenciado, e continuará decerto a influenciar, boa parte do discurso oficial da Igreja, e das interpretações do mesmo, no que diz respeito ao feminino. Nesta perspectiva, estaremos provavelmente perante uma situação de justificação teológica de uma ordem social anteriormente estabelecida. (RIBEIRO, 200, p. 2)

São papéis que foram se fortalecendo ao logo do tempo e que por mais tempo ainda não foram de fato desestabilizados, sendo recentes as investidas das mulheres e do movimento feminista no Brasil, especificamente após a proclamação da República, mas que no mundo⁷ vem se desenvolvendo há mais tempo. Sendo assim, é preciso criticar o fato de o Brasil ser um país teoricamente laico mas que, entretanto, apresente decisões políticas tomadas “em nome da honra, dos bons costumes, da família e de Deus”.

7 No Brasil, o movimento feminista surgiu seguindo a tendência norte-americana, com a luta pelo direito ao voto feminino na primeira metade do século XX (1932), o desquite (separação sem dissolução do matrimônio, 1942) o avanço da autonomia do corpo da mulher com a pílula anticoncepcional nos primeiros anos da década de 1960, a expressividade do movimento em meio a ditadura militar, unindo-se aos movimentos sociais a partir de 1980 e ganhando adesão das camadas populares; o divórcio (1977). A partir de 1990, uma das principais pautas do movimento feminista passou a ser a violência doméstica contra a mulher, sendo uma das conquistas a própria Lei 11.340 ou Lei Maria da Penha.

Numa realidade fortemente marcada pela violência urbana, pela violação de direitos, pelas desigualdades de gênero e pelo consequente descaso do poder público, os índices de crimes são bastante evidentes. De acordo com o relatório⁸ de 2015 da Secretaria de Estado de Prevenção a Violência (SEPREV) foram apontados os 10 bairros mais violentos de Maceió e dentre eles está o Vergel. Em primeiro lugar está o Benedito Bentes com 57 homicídios, seguido da Cidade Universitária (54), Jacintinho (49), Clima Bom (39), Tabuleiro do Martins (23), Levada (15), Vergel do Lago (14), Petrópolis (13), Feitosa (12) e Ponta Grossa (11). De 2012 a 2015, em números totais, Jacintinho é o bairro onde mais se mata com 310 mortes, seguido de Benedito Bentes (292), Cidade Universitária (287), Tabuleiro do Martins (203), Clima Bom (195), Vergel do Lago (176) e Levada (89). De acordo com o Plano Municipal de Assistência Social (2014)⁹, o Vergel do Lago é um dos bairros onde há a maior incidência de pobreza e um consequente número elevado de famílias que descumprem, por motivos variados, determinadas condicionalidades, como por exemplo a saúde. De acordo com o referido Plano

Observa-se que as localidades onde há maior número de famílias em situação de descumprimento da condicionalidade saúde são justamente onde há a maior incidência de pobreza, atentando para os bairros Benedito Bentes, Jacintinho, Tabuleiro dos Martins e Vergel do Lago. (ALAGOAS, 2014, p.43)

Assim como na educação, como pode ser visto na imagem abaixo.

IMAGEM 1 – CONDIÇÕES DE DESCUMPRIMENTO EM EDUCAÇÃO 2013

⁸ Realizada pela UFAL, FAPEAL e Secretaria de Segurança Pública. Dados disponíveis em: <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/289655/2016/07/12/relatorio-da-seprev-aponta-os-bairros-mais-violentos-de-maceio-confira>

⁹ http://www.maceio.al.gov.br/wp-content/uploads/admin/documento/2014/08/PMAS_Macei%C3%B3_2014_2017-FINALIZADO-para-upar.pdf

CONDIÇÕES DE DESCUMPRIMENTO EDUCAÇÃO 2013	RELAÇÃO PERCENTUAL DE ATENDIMENTO	MOTIVO / CONDIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO	INCIDÊNCIA
RA1	60% 40%	Desinteresse / Desmotivação Escola não informou o motivo	Jaraguá Mangabeiras Poço
RA2	100%	Abandono / Desistência	Vergel do Lago Trapiche Centro
RA3	60% 40%	Negligência da Família / Responsáveis Desistência / Desmotivação	Farol Pinheiro
RA4	60% 20% 20%	Escola não informou a frequência Abandono / Desistência Desinteresse / Desmotivação	Mutange Rio Novo Bom Parto Bebedouro Chã da Jaqueira Chã do Bebedouro Fernão Velho
RA5	60% 40%	Negligência da Família / Responsáveis Escola não informou a Frequência	Feitosa Serraria Barro Duro Jacintinho São Jorge
RA6	50% 50%	Abandono / Desistência Negligência da Família / Responsáveis	Benedito Bentes
RA7	75% 25%	Abandono / Desistência Escola não informou a frequência	Santos Dumont Cidade Universitária Tabuleiro
RA8	50% 50%	Negligência da Família / Responsáveis Escola não informou a Frequência	Cruz das Almas Jacarecica

FONTE: Coordenação do Programa Bolsa Família 2013.

A mulher, nesse contexto, está em uma posição historicamente inferiorizada. Sendo o principal alvo da violência doméstica e também vítima da violência urbana. De acordo com dados do Ministério Público Estadual, no ano de 2016 foram registrados no estado 3.699 casos de violência contra a mulher enquadrados na Lei Maria da Penha, apenas em Maceió foram 794. Num total de procedimentos referentes, à violência doméstica e familiar contra as mulheres são 10.284 tramitando na 38ª Promotoria de Justiça da Capital, que atua no combate e prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher. Desse total, 5.656 já se tornaram processos penais e os outros 4.628 registros são medidas protetivas concedidas pelo Poder Judiciário. Tais dados foram retirados do site¹⁰ G1 e publicados no mês de agosto de 2017, quando já haviam sido registradas 455 situações de violência contra a mulher. De acordo com a matéria, são vários os crimes cometidos, de ameaça, violência física, crimes contra a honra e contra a liberdade de expressão, a feminicídio e estupro. Foi citado que:

Neste ano, por exemplo, entre as denúncias, 217 foram por ameaça e 208 por lesão corporal, o que corresponde a 47,69% e 45,71% dos casos que chegaram à 38ª Promotoria de Justiça da Capital. Já o feminicídio, na forma tentada, contabilizam cinco casos. (AL, 2017)

¹⁰ <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/campanha-agosto-lilas-alerta-para-violencia-contra-a-mulher-em-alagoas.ghtml>

As ações que buscam coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher fazem parte da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres. De acordo com tal política¹¹ em sua versão final

A Política Nacional encontra-se, também, em consonância com a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e com convenções e tratados internacionais, tais como: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará 1994), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1981) e a Convenção Internacional contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas (Convenção de Palermo, 2000, p. 2 apud BRASIL, 2004, p. 2)

A política compreende a violência doméstica contra a mulher enquanto uma das principais formas de violação de seus direitos humanos, comprometendo sua vida, sua saúde e sua integridade física e mental. Sendo assim,

Diante da dimensão do problema da violência doméstica, tanto em termos do alto número de mulheres atingidas quanto das conseqüências psíquicas, sociais e econômicas, e em resposta às recomendações ao Estado brasileiro do Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW/ONU) e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, em 2006 o Brasil passou a contar com uma lei específica para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006). A partir desta lei, todo caso de violência contra a mulher torna-se crime e vai passar por um inquérito policial que será remetido ao Ministério Público. Os crimes deverão ser julgados nos Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, instrumentos criados a partir dessa legislação, ou, enquanto estes não existirem, nas Varas Criminais. Dentre outras conquistas importantes, a lei tipifica os tipos de violência doméstica, que pode ser física, sexual, patrimonial, psicológica e moral; passa a ser proibida a aplicação de penas pecuniárias aos agressores e a pena a eles imputada que era de até 1 ano passa a ser de até 3 anos; e determina-se o encaminhamento das mulheres em situação de violência, assim como de seus dependentes, a programas e serviços de proteção e de assistência social. (BRASIL, 2004, p. 4)

É inegável a importância dos pactos criados e das ações desenvolvidas para coibir a violência, mas é igualmente importante questionar a eficácia e o alcance de tais políticas. Para se assegurar a aplicabilidade dos mecanismos criados, determinadas ações devem ser tomadas, numa parceria de vários setores do governo (a nível estadual e federal) e do poder público. Em Alagoas, pode-se observar a fragilidade da rede de apoio e os altos índices de violência doméstica contra a mulher, o que constata a ineficácia das ações para coibir tal violência que atinge mulheres das

¹¹ <http://www.spm.gov.br/assuntos/ouvidoria-da-mulher/pacto-nacional/politica-nacional-enfrentamento-a-violencia-versao-final.pdf>

mais distintas camadas sociais. De acordo com entrevista¹² concedida da Promotora de Justiça da 38ª PJ da Capital, atuante no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e ex-coordenadora adjunta do Ministério Público Comunitário (MPCOM), Maria José Alves da Silva, as denúncias de crime contra a mulher aparecem de todas as classes sociais. Para a promotora, é necessário desfazer a ideia de que os homens podem e devem fazer o que quiser com as mulheres. Não se trata de uma guerra contra os homens mas contra o machismo.

12 <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=304538>

2. ORLA LAGUNAR, VERGEL DO LAGO E ADJACÊNCIAS

1.1 HISTÓRICO

De acordo com a dissertação de mestrado de Rubens de Oliveira Duarte (2010), intitulada *Orla Lagunar de Maceió Apropriação e Paisagem*, a área onde se encontra o bairro Vergel do Lago é margeada pela Lagoa Mundaú que faz parte do Complexo Estuarino Lagoa Mundaú-Manguaba. De acordo com Duarte (2010):

Este é um ecossistema compreendido das lagoas Mundaú e Manguaba, canais, ilhas e uma porção estuarina das bacias dos rios Mundaú, Paraíba do Meio e Sumaúma, e que abrange os municípios de Maceió, Satuba, Rio Largo, Santa Luzia do Norte, Coqueiro Seco, Marechal Deodoro e Pilar. A orla da lagoa Mundaú em Maceió estende-se do bairro do Pontal da Barra até o bairro do Rio Novo, com cerca de 24km de extensão. A área que é objeto deste estudo é um fragmento desta orla e compreende o trecho demarcado fisicamente por uma via urbana com 5km de extensão, margeando os bairros da Levada, Ponta Grossa, Vergel do Lago e Trapiche da Barra, conhecido como Dique-Estrada, e sendo denominado nos últimos anos de Orla Lagunar de Maceió ou simplesmente de Orla Lagunar. (DUARTE, 2010, p. 14)

Sendo assim, será tratada aqui a ocupação e apropriação das áreas conhecidas como Vergel do Lago, Levada, Trapiche da Barra e Ponta Grossa ressaltando que em sua origem, tais regiões eram alagadas (mangues e pântanos) e que desde o início da ocupação de Maceió foram o foco do transporte lacustre para integrar a lagoa ao contexto urbano e assim desenvolver a orla lagunar econômica e socialmente, especialmente pelo Porto da Levada.

O Vergel do Lago, em sua origem, quando Maceió ainda era considerada Vila, era um grande sítio de fruteiras que margeava a Lagoa Mundaú, habitado primeiramente por grandes proprietários de terra e pescadores. Em meados do século XIX, Félix Bandeira, um dos fundadores do bairro, detinha toda a extensão do Vergel do Lago seguindo até a Ponta Grossa – a rua que divide ambos os bairros têm, inclusive, o nome do próprio fundador.

Primeiramente, é importante ressaltar que, pelo fato de durante a ocupação da Orla Lagunar existirem várias críticas acerca de ser uma área alagadiça, foi se consolidando uma visão de que a região era doente, imprópria, estando destinada a ser “contemplada” de longe e pelo fato de, mesmo com tudo isso, as pessoas estarem ocupando através de moradias improvisadas, visivelmente pobres, toda a região se consolidou como moradia de baixa renda e sem valor, assim como seus moradores.

De acordo com Duarte (2010), a questão higienista desde o século XIX defendia que áreas alagadiças eram insalubres, sendo nocivas à população da região (já criando um perfil negativo dos moradores) e necessitavam ser urbanizadas, ressaltando que toda a cidade encontrava-se em áreas alagadas, mas aterros já eram bastante utilizados para fins de urbanização. Outro ponto era a questão da migração de pessoas do interior do estado para a capital em busca de trabalho e melhores condições de vida, resultando nos problemas da superlotação, da falta de espaço e estrutura para comportar a população e no conseqüente processo de favelização que pode ser observado não só na orla lagunar mas em toda a cidade e suas áreas ociosas. Os projetos de urbanização não foram efetivados e todas as conseqüências de “tentativas” frustradas sem a iniciativa de educar, promover qualidade de vida, trabalho digno, e acesso ao atendimento das necessidades básicas para sobrevivência resultaram num espaço que, embora esteja anexado à cidade, graças, especialmente, ao Projeto Dique-Estrada¹³, a qualidade de vida foi algo que passou do papel, colocando a orla lagunar à margem da sociedade, não apenas pelo poder público mas por todos que não se interessam em ver além da sujeira da área, da população predominantemente pobre em seus vários sentidos, da própria imagem que foi criada e perpetuada ao longo dos anos, invisibilizando toda uma realidade.

O grande fluxo de migração para Maceió junto com a modernidade que ia aos poucos chegando, em meados do século XIX, de acordo com Osvaldo Batista Acioly Maciel (2004) em *Espaço Urbano e Marginalização em Maceió (1985-1905)*, fez com que a cidade fosse perdendo o ar de familiaridade, de pequeno núcleo populacional. Novas pessoas começaram a circular nas ruas, áreas ociosas passaram a ser ocupadas marcando esse momento de transição para as novas noções do moderno e de uma sociedade que gira em torno do trabalho e do capitalismo. O grande número de pessoas que chegavam fez com que fossem urgentes os projetos de urbanização para fins de ordenamento social, sendo importante ressaltar que as vá-

13 Implantado em meados do século XIX, numa parceria entre governo estadual e federal. Fez parte de uma série de investimentos em políticas públicas para fins de urbanização e valorização dos espaços através de suas potencialidades. Também serviu como via de escoamento a Indústria Química conhecida como Salgema: “As políticas públicas implementadas no Brasil no período eram resultado de resoluções do poder central, conseqüência de um regime autoritário vigente. Alagoas, diante da conjuntura política em total consonância com o poder central, soube tirar proveito do projeto de industrialização destinado ao Nordeste, no qual o Estado estava inserido, e viabilizou um conjunto de obras para o estado e a capital, promovendo-se uma reestruturação urbana para a cidade de Maceió, com abertura de novas vias e retificação e construção de canais, por exemplo; resultando na implantação do Dique-Estrada”(DUARTE, 2010, p.44)

rias regiões que posteriormente viriam a ser os bairros atuais, passaram por processos de desenvolvimento diferentes uns dos outros.

Um fato interessante levantado pelo autor é a questão da iluminação pública e seu papel perante a sociedade. Partindo do pressuposto de que a iluminação tem duas representações distintas, a contraposição da luz com a escuridão, do iluminado e do mal iluminado e a forma como este aspecto se expressa na sociedade. A partir disso, pôde-se observar que uma grande questão das periferias de Maceió tem sido a falta de iluminação pública, através da perspectiva de que a má iluminação é ambiente propício para atividades ilícitas, ressaltando que o grande fluxo migratório contribui para uma dinâmica diferente dentro da cidade, uma vez que o trabalho ocupa certo tempo na vida de uma pessoa e que por vezes ela necessita transitar à noite na rua, se expondo a várias situações, inclusive a de andar em locais mal iluminados com riscos de assaltos/estupros/sequestros. Neste caso específico, associa-se a iluminação pública com a redução da criminalidade num contexto urbano, possibilitando uma percepção maior de segurança, ressaltando que são várias as funções da iluminação, mas não serão aprofundadas por este trabalho por não serem pertinentes ao assunto abordado.

De acordo com Ana Aver (2013), em seu estudo¹⁴ intitulado *A relação Iluminação pública e criminalidade*, foi traçada uma pré-história da iluminação, desde a natural à artificial, partindo do pressuposto de iluminação enquanto essencial para o desenvolvimento humano no que se refere às funções da visão. De acordo com Aver, a iluminação enquanto preocupação para as cidades se deu no século XV (tochas, velas e outros artefatos), na Inglaterra, onde sua função era justamente tentar diminuir a violência e os roubos constantes aos comerciantes. As lâmpadas a gás foram criadas no século XIX pelo mecânico alemão Johann Heirich Goebel e foram substituídas pelas lâmpadas elétricas criadas por Werner Siemens, após isso sendo comercializadas através do empresário Thomas Edison. No caso do Brasil, a iluminação chegou com os europeus (lâmpadas de óleo vegetal e animal) e foi se aperfeiçoando, acompanhando a tendência europeia. Em 1887, uma usina elétrica foi inaugurada em Porto Alegre e a partir disso uma nova fase da iluminação pública se

14 <https://www.ipog.edu.br/download-arquivo-site.sp?arquivo=a-relacao-iluminacao-publica-e-criminalidade-152947.pdf>

instalou no Brasil. O principal ponto da autora ao fazer essa trajetória da iluminação é mostrar que:

A iluminação pública é essencial à qualidade de vida nos centros urbanos, atuando como instrumento de cidadania, permitindo aos habitantes desfrutar, plenamente, do espaço público no período noturno. Além de estar diretamente ligada à segurança pública no tráfego, a iluminação pública previne a criminalidade, embeleza as áreas urbanas, destaca e valoriza monumentos, prédios e paisagens, facilita a hierarquia viária, orienta percursos e aproveita melhor as áreas de lazer. (AVER, 2013, p.11)

Sendo assim, por não ser uma área de especulação imobiliária, muito menos considerada nobre, sendo exatamente o oposto, gente pobre morando em barracos improvisados, condições desfavoráveis para urbanização, toda essa população passou por um processo de invisibilização e de violações constantes de direitos básicos (moradias insalubres, desemprego, insegurança, iluminação precária e falta de saneamento). As obras para fins de urbanização aconteceram de forma muito superficial e incoerente com a realidade, além de após sua realização não haver fiscalização ou qualquer outra ação que visasse proteger e preservar o que foi construído em prol da comunidade. Ainda, não se fazem campanhas educativas a fim de instruir a população acerca do bem público, do convívio social, da noção ambiental, da própria preservação. Enfim, a população ficou à mercê dela mesma, com intervenções pontuais do poder público, geralmente para coibir a criminalidade ou pequenas obras (pontuais) em épocas de eleição, perpetuando o perfil negativo do morador e agindo muitas vezes com truculência. Sendo considerado um local de gente pobre, mal educada, de criminalidade e tendências a atividades ilícitas, numa sociedade marcada pela discriminação da pessoa pobre e da pobreza, não sobra muito espaço para a população do Vergel do Lago e suas adjacências no contexto urbano e “civilizado” da cidade de Maceió.

Desde sempre, a Orla Lagunar foi pauta por uma série de ações e debates acerca de questões ambientais, ocupação, uso do solo, questões sociais, econômicas, políticas, entre outras, e foram vários os planos¹⁵ de urbanização para a área, focando no turismo, explorando as potencialidades locais¹⁶ e tentando evitar o pro-

¹⁵ Consórcio Plano Estratégico Cidade de Maceió (1999), Plano de Reurbanização da Orla da Lagoa Mundaú(2000), Plano Diretor do Município de Maceió (2005), Plano de Ações e Gestão Integrada do Complexo Estuarino-lagunar Mundaú-Manguaba (2006) e o Projeto Integrado da Orla Lagunar “Sururu de Capote” (2007).

¹⁶ Características da política desenvolvimentista inscrita no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

cesso de ocupação que estava ocorrendo de forma irregular. Foram drenagens e aterros durante o processo de ocupação da área, ressaltando que até hoje projetos de urbanização para a orla lagunar supostamente (uma vez que não se efetivaram) ainda são pautas dos representantes do estado/município. As ações se desenvolveram a partir do século XIX, tendo como marco o Projeto Dique-Estrada implantado nas décadas de 1970 a 1980, fazendo parte de um projeto de implementação da indústria petroquímica no Nordeste que abrangeria Pernambuco, Alagoas, Bahia e Sergipe. No caso de Maceió, sua participação se deu através da implementação do Polo Cloroquímico de Alagoas (PCA) em Marechal Deodoro com a construção da Salgema. Por consequência, para abrigar um projeto tão grande, toda a cidade passaria por uma reestruturação: criação de novas vias como Dique-Estrada, AL 101-Sul, Avenida Leste-Oeste, Via Expressa, a drenagem do Canal de Águas Negras onde atualmente se encontra o Mercado da Produção.

Já no início do século XX, existiam três portos na lagoa, um localizado na Levada, outro no Trapiche e o último em Bebedouro e através deles era feito o contato com Marechal Deodoro, Pilar e outras localidades próximas para fins de comercialização, estabelecendo a partir daí um vínculo direto entre a cidade e a lagoa, e a cidade com as cidades vizinhas, possibilitando um desenvolvimento econômico de Maceió através da Orla Lagunar. Entretanto, mesmo com toda a importância desse transporte, os serviços de embarcação foram se extinguindo, e os portos citados acima foram desativados nas décadas de 1960 e 1970, visto que as rodovias estavam sendo implantadas na cidade, substituindo por sua vez o transporte lacustre.

Como marco da urbanização prevista para a Orla Lagunar foi o Projeto Dique-Estrada, de acordo com Duarte (2010),

O projeto Dique-Estrada foi uma intervenção conjunta dos governos federal, estadual e municipal na porção leste da Lagoa Mundaú, em Maceió, nas décadas de 1970 e 1980, com três propósitos: (i) a criação de uma via de escoamento da produção da Salgema Indústrias Químicas S/A (SALGEMA) implantada na cidade em 1976 no Trapiche, entre o mar e a lagoa; (ii) a solução definitiva contra as enchentes na região lagunar que constou do aterro em parte da lagoa e (iii) a incorporação de ilhas ao continente. (DUARTE, 2010, p. 44)

De acordo com o autor, a partir da Lei 2.485 de 1978, ficou estabelecido que a área conhecida como Dique-Estrada teria uso residencial, comercial, prestação de serviços, culturais, recreativos e industriais. Sendo assim, atendendo a urgência das

construções de moradias para a população, foi construído em 1983 o Conjunto Joaquim Leão e em 1989 o Virgem dos Pobres I e II. É importante ressaltar que esses últimos conjuntos foram construídos em um contexto de calamidade pública, pois em 1988 a extensão da orla lagunar estava quase toda ocupada. Houve uma grande enchente em Alagoas e os moradores da orla acabaram sendo atingidos, centenas ficaram desabrigados. Sendo assim, como resposta imediata do governo, toda a população foi transferida ao aterro ocioso do Dique Estrada e criou-se o conjunto em um sistema de mutirão, contando inclusive com doações de empresas privadas, ressaltando que, até a efetivação do conjunto, a população ficou abrigada temporariamente em um acampamento de lona que ficou conhecido como Cidade de Lona¹⁷. De acordo com Duarte (2010):

Estas casas não foram entregues todas de uma vez e apresentavam as seguintes características: eram casas geminadas em alvenaria sem revestimento, compostas apenas de um vão, sem banheiro, e cobertas com telhas de fibrocimento- desconsiderando a inadequação deste tipo de material de cobertura para Maceió, pela absorção de calor que este material propicia, além de atender de forma muito precária às necessidades de habitação humana. (DUARTE, 2010, p.75)

Com iluminação deficiente, sem fornecimento de água potável e sem instalação sanitária própria, creditando aos futuros moradores as benfeitorias necessárias, com qual dignidade aquele morador viveria? Sendo assim, algo que supostamente deveria ser pelo bem da comunidade, acabou por consolidar ainda mais a região como área pobre da cidade, o que foi se agravando com os anos, com a divisão dos lotes para pontos comerciais e acréscimos de casas. Muita gente dividindo o mesmo espaço sem meios suficientes para se manter e sem assistência do governo.

Outro fato importante e que faz parte do contexto de vulnerabilidade do Vergel e suas adjacências é o que foi divulgado em matéria¹⁸ publicada no dia 17 de maio de 2009 pelo jornal impresso Gazeta de Alagoas, em alguns trechos divulgados pelo endereço eletrônico da Universidade Federal de Alagoas (UFAL): para a orla lagunar e as periferias de Maceió, água e luz são artigos de luxo. Trata-se de uma realidade onde a população vem sendo espremida, um mundo paralelo que só faz crescer. É citado que a falta de meios básicos para viver transporta toda a popu-

¹⁷ Cidade de Lona é o nome dado também a uma outra comunidade que constituiu-se também em 1988 com a mesma enchente que empurrou parte da população do Tabuleiro dos Martins para se abrigar em escolas no Eustáquio Gomes. Como nada foi feito para essa população, acabou surgindo a comunidade chamada Cidade de Lona.

¹⁸ <https://ufal.br/ufal/noticias/2009/05/maceio-abriga-uma-populacao-de-desassistidos>

lação para uma categoria de excluídos, que quanto mais achatados mais se espalham. É apontada a violência (tráfico, gangues, batidas policiais) como um grande obstáculo para a acessibilidade aos serviços públicos, uma vez que impossibilita, graças ao medo, que os profissionais se desloquem para as periferias a fim de promover os direitos dos cidadãos. Também ressalta-se o estigma que o favelado carrega ao buscar algum serviço, o medo em se identificar como tal e sofrer uma possível discriminação e ter o direito negado, como no exemplo citado pela matéria onde uma mãe ao informar ser moradora de uma das favelas do Dique Estrada, na tentativa de conseguir vaga numa determinada escola para seus filhos, foi informada que a instituição não dispunha de vagas, fato que se sucedeu em outras escolas. Este é apenas mais um exemplo de como várias gerações podem ser afetadas por problemas que vão se arrastando ao longo dos anos e de como a pobreza é um problema estrutural e a discriminação é institucionalizada.

1.2 ATUALIDADE

Como já foi mencionado, a Orla Lagunar de Maceió foi e ainda é alvo de várias discussões e algumas intervenções (pontuais) acerca da utilização de seu espaço, supostamente com a iniciativa de melhorar a qualidade de vida através da urbanização. Na realidade, especialmente falando do Vergel do Lago e suas adjacências, é possível observar que os bairros não acompanharam o desenvolvimento das demais partes de Maceió. Desde sempre vista como área de moradia popular, inclusive através de políticas públicas que visavam a urbanização, onde foram construídos os conjuntos habitacionais já citados para tentar controlar a favelização, abrigando a população pobre sem promover meios para subsistência.

Como pode ser visto hoje, quase toda a Orla Lagunar do Vergel e adjacências está ocupada, e em algumas áreas sequer é possível ver a lagoa, a menos que sejam acessadas as ruas construídas pelos próprios moradores. A maioria das casas são improvisadas com restos de materiais que provavelmente foram descartados. O saneamento básico não existe e, de acordo com Duarte (2010), ao visitar alguns desses espaços e conversar com alguns moradores, muitos dos resíduos produzidos nas moradias, inclusive fisiológicos, são descartados na lagoa, agravando sua poluição e comprometendo a pesca e o comércio da região. Outro fator é a su-

jeira na área, ressaltando que muitos ali são pescadores e marisqueiras, que descartam os restos de sua pesca ali mesmo, amontoados nos canteiros centrais e próximos às moradias. Na beira da lagoa existe uma estrutura que foi construída para que funcionasse um ecoponto para o beneficiamento da casca de sururu, entretanto, este encontra-se desativado até os dias atuais, geralmente com pilhas de cascas de sururu e outros lixos na porta. Além disso, sempre se houve falar em de bicho-do-pé¹⁹, doenças de pele e verminoses nas favelas da beira da lagoa. Especificando agora a população que mora imediatamente às margens da laguna, dividindo-se nas Favelas Mundaú, Sururu de Capote, Muvuca e Torre, é possível constatar que essa população é a mais afetada pela falta do saneamento básico e da saúde pública, especialmente crianças e adolescentes. Abaixo serão apresentadas algumas fotos dessas comunidades para se ter um pouco de noção da vulnerabilidade da região.

IMAGEM 2- FAVELA MUNDAÚ



Fonte: MPCOM

¹⁹ Doença infecciosa causada por pulgas de animais que se infiltram nos pés das pessoas e são capazes de viver ali durante semanas, causando vários transtornos a quem é afetado. Em casos extremos, pode ser necessária a amputação do pé. A melhor forma de prevenir é promover o saneamento básico e a educação para que a população circule calçada pelas ruas.

IMAGEM 3- RUA IMPROVISADA DA FAVELA MUNDAÚ



Fonte: MPCOM

IMAGEM 4- FAVELA DA MUVUCA (PAPÓDROMO)



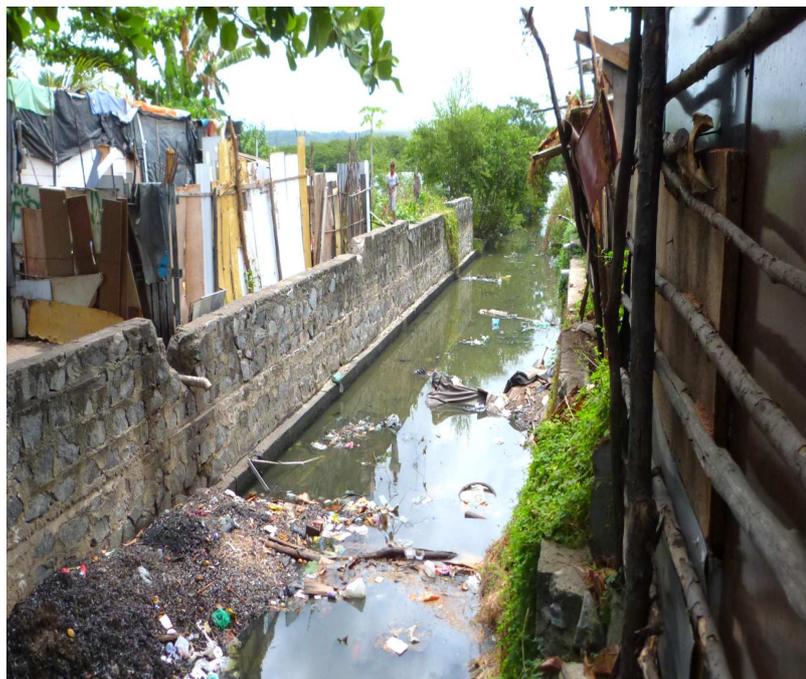
Fonte: MPCOM

IMAGEM 5- FAVELA SURURU DE CAPOTE



Fonte: MPCOM

IMAGEM 6- CANAL QUE CORTA A FAVELA SURURU DE CAPOTE E CHEGA À LAGOA



Fonte: MPCOM

IMAGEM 7- FAVELA DA TORRE



Fonte: MPCOM

IMAGEM 8- NA BEIRA DA LAGOA NA FAVELA SURURU DE CAPOTE



Fonte: MPCOM

IMAGEM 9- PARTE DA SUJEIRA NO CANTEIRO CENTRAL



Fonte: MPCOM

Devido ao elevado grau de insalubridade em que essa população vive, instaurou-se um processo de exigibilidade, de acordo com a tese²⁰ de Josineide Francisco Sampaio (2013), impulsionado pela Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH), pelo qual entre 2004 e 2007 foram executados projetos pilotos em duas comunidades ocupadas em áreas urbanas em Maceió-AL e Teresina-PI, onde seus moradores viviam em extrema pobreza. Essas ações uniram tanto a sociedade civil organizada quanto o poder público, na iniciativa de identificar essas violações de direitos²¹ e corrigi-las através de políticas públicas. Uma vez que ficou constatado que tais violações não foram revertidas, o Ministério Público Estadual de Alagoas, junto com a Procuradoria Regional do Trabalho e o Poder Judiciário, propuseram uma Ação Civil Pública²² para exigir do município a responsabilização da série de vi-

20 <https://bvssp.icict.fiocruz.br/lildbi/docsonline/get.php?id=3757>

21 Educação, saúde, alimentação adequada e vida digna para crianças e adolescentes.

22 Considerada a primeira no país que, fundamentada nos direitos humanos, exigia a implementação de vários direitos constitucionais básicos para crianças e adolescentes.

olações de direitos de crianças e adolescentes dessas comunidades. De acordo com a autora:

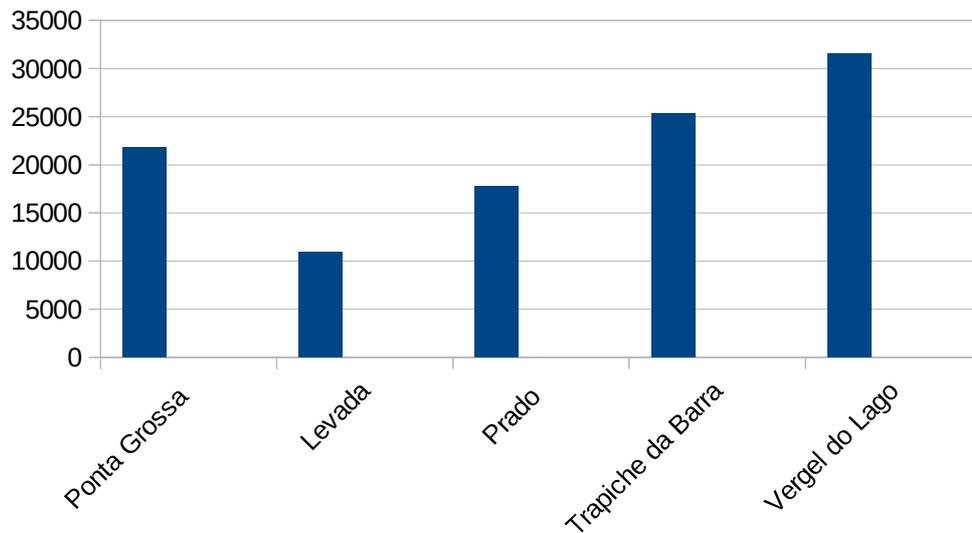
Segundo Albuquerque & Burity (2008, p.159), os resultados do inquérito realizado nessas comunidades revelou “o quanto a pobreza é resultado e causa de violações graves de direitos humanos que põem em risco ou eliminam, de forma violenta, a dignidade humana.” Além disso, esse resultado representa a realidade de tantas outras comunidades existentes no país, nas quais as condições de vida da população e o ambiente onde vivem são bastante deteriorados. (SAMPAIO, 2013, p.14)

A falta de políticas públicas é evidente nessas áreas e por políticas públicas, me refiro ao básico, ao fundamental: saneamento básico, saúde, educação, segurança e alimentação saudável. Sendo assim, para iniciar tal discussão, será tratado o relatório intitulado *Diagnóstico da Rede da Infância em Maceió nos Bairros da Cidade Universitária, Benedito Bentes, Antares, Santos Dumont, Santa Lúcia, Clima Bom, Tabuleiro do Martins, Rio Novo, Fernão Velho, Canaã, Ouro Preto, Santo Amaro, Jardim Petrópolis e Pinheiro* (2018). Para a formulação do material, em 2017, com a constatação da falta de acesso às políticas públicas por parte da população que sofre com a vulnerabilidade social, vários órgãos que integram a rede de proteção da criança e do adolescente de Maceió realizaram um mapeamento²³ com os instrumentos sociais disponíveis a fim de pontuar as violações e explicar que existe urgência na resolução para que o poder Legislativo e Executivo tomem as devidas providências no intuito de reparar as graves falhas e restabelecer os direitos que deveriam ser garantidos constitucionalmente.

Para a realização do trabalho, foi usado como critério os bairros apontados pelo Mapa da Violência como focos de crimes violentos letais intencionais, o fluxo do comércio de drogas e o porte de armas de fogo que envolvem toda a população, mas especificamente a população jovem. Numa população municipal estimada em 1 milhão de habitantes, cerca de 280 mil é menor de idade. Para os bairros que são foco deste trabalho, é válido levantar estatisticamente quantas pessoas residem nas regiões, sendo assim, abaixo poderemos observar a população estimada:

GRÁFICO 1- POPULAÇÃO FOCO DO ESTUDO

²³ O mapeamento consiste em visitas a rede básica de assistência social na finalidade de observar de que forma os serviços estão sendo prestados, quais os critérios, quais as carências, enfim, tratar da sua eficácia (ou não).



Fonte: Própria (2018)

Com a análise do material depreende-se que, de acordo com a Constituição Federal em seu art. 227 e a Lei nº 8.069/90 no art.4º e parágrafo único, é estabelecido que a criança e o adolescente são as únicas categorias de cidadãos que têm a garantia, teoricamente, da prioridade absoluta da efetivação de seus direitos. Entretanto, segundo pesquisa recente da Fundação Abrinq/2017, é constatado que em 2016 53,7% dos brasileiros menores de 14 anos viviam em domicílios de baixa-renda e extrema pobreza. Especificamente no estado de Alagoas essa estimativa sobe para 66%. Segundo o diagnóstico:

Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano de 2013, baseado no censo de 2010, apontam que 39,10% da população de Maceió é vulnerável à pobreza e 15,9% dos residentes em Maceió vivem com renda domiciliar per capita menor que $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (abaixo da linha da pobreza).(BEURLLEN et al, 2018, p.2)

Ainda,

Todos sabem que em situação de baixa renda e extrema pobreza, a dependência da população aos serviços públicos para assegurar direitos humanos fundamentais como alimentação, saúde, educação, moradia, esporte, cultura, lazer, entre outros, aumenta fortemente e, em contrapartida, a ausência de políticas públicas de qualidade implica na violação de direitos constitucionais. (BEURLLEN et al, 2018, p.2))

Foi identificado após o levantamento que: a Levada não possui nenhuma escola estadual; nenhum CRAS; e nenhuma Unidade de Saúde. A Ponta Grossa não possui nenhuma Equipe de Saúde da Família. O Vergel do Lago não possui nenhum CRAS²⁴ e nenhuma Equipe de Saúde da Família. O Trapiche não possui nenhum CRAS e nenhuma Unidade de Saúde. E, por fim, o Bom Parto não possui nenhuma Equipe de Saúde da Família. Agora, ressaltando a violação dos direitos e a necessidade de reparação, ficou constatado que, no que se refere a educação, segundo dados de 2010 do Radar IDHM²⁵ (Índice de desenvolvimento humano mundial), baseado nos censos demográficos do IBGE, apenas 59,10% da população de Maceió maior de 18 anos tinha o ensino fundamental completo, 49,70% dos adolescentes de 15 a 17 anos possuíam o ensino fundamental completo e 42,62% entre os jovens de 18 a 20 anos possuíam o ensino médio completo, sendo o Nordeste considerado com a pior taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais, do país.

Outro ponto pertinente nessas áreas é o alto índice de criminalidade e a questão da segurança pública. De acordo com matéria²⁶ do Jornal online Alagoas 24 horas, é citado um estudo realizado através de parceria entre as Secretarias de Prevenção à Violência (Seprev), Segurança Pública (SSP), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal) e a Universidade Federal de Alagoas (Ufal), em que são levantados os seis bairros mais violentos de Maceió entre os anos de 2012 e 2015. Vale ressaltar que os bairros citados concentram uma média de 50% dos crimes violentos na cidade. Em 2012 os bairros foram: Jacintinho (92 crimes registrados), Cidade Universitária (85), Benedito Bentes (75), Tabuleiro do Martins (67), Vergel do Lago (55) e Clima Bom (39), totalizando 51,30% do acúmulo anual. Em 2013 foram: Jacintinho (89 homicídios); Cidade Universitária (82); Benedito Bentes (76); Tabuleiro do Martins (66); Vergel do Lago (54) e Clima Bom (47), totalizando 50%. Em 2014: Benedito Bentes (84), Jacintinho (80); Cidade Universitária (66); Clima Bom (50); Tabuleiro do Martins (47) e o Vergel do Lago registrou 33, so-

24 Talvez o relatório tenha sido finalizado antes de que o CRAS Cacilda Sampaio tenha retornado às atividades, uma vez que este passou por um incêndio.

25 http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/RadarIDHM_Analise.pdf

26 <http://www.alagoas24horas.com.br/987644/estudo-aponta-bairros-mais-violentos-da-capital-alagoana/>

mando 49,05%. Em 2015 o Vergel do Lago foi substituído pelo bairro da Levada, sendo assim, não ficou entre os seis mais violentos.

De acordo com o *Relatório*²⁷ da Pesquisa Sócio-econômica “Orla Lagunar” (2008), realizado numa parceria do Governo do Estado, a Empresa MSW Consultores Sociais (executora da pesquisa), Secretaria do Estado de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADES), estudantes de Serviço Social/UFAL, assistentes sociais e Consultoria NUTAS/UFAL foi desenvolvida uma pesquisa na orla lagunar para qualificar a exclusão da área. A pesquisa foi solicitada pela Secretaria do Estado de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADES) objetivando o reordenamento da área. Como já foi mencionado, o diagnóstico se baseia nos pré-requisitos para se ter qualidade de vida, referindo-se à dignidade, principalmente. Para se ter dignidade, de acordo com o material, é necessário ter o fundamental para viver (novamente: saúde, moradia digna, segurança), sem isso, não se tem qualidade de vida. Sendo assim, uma das definições para a exclusão da orla lagunar é a estrutural:

esta é uma forma de exclusão estável na trajetória de vida da população, pois, é sabido que o modelo de sociedade, contemporâneo, expulsa um grande contingente de população do mercado de trabalho, pois este é cada vez mais exigente no campo do conhecimento. Destarte, a comunidade da Orla Lagunar representa uma população expulsa da possibilidade de integração no mercado, a começar pelo panorama educacional. É aí que começa o processo de “desqualificação social. (SOCIAIS, 2008, p.19)

Enquanto isso, nenhuma ação é efetivada para diminuir esses índices, os planos de requalificação que já são antigos nunca saem do papel. Algumas justificativas podem ser encontradas facilmente em jornais virtuais, como por exemplo, de acordo com a matéria²⁸ no Jornal Online *Alagoas 24 horas*, a Orla Lagunar recebeu o Ministro das Cidades, Alexandre Baldy e o representante do Governo Federal. Tal visita teve um significado: uma retomada nos projetos de reurbanização da orla lagunar, orçada em R\$ 200 milhões, prevendo o fim definitivo das favelas que margeiam a Lagoa (já citadas anteriormente: Favela do Papódromo/Muvuca, Favela da Torre, Favela Sururu de Capote e Favela Mundaú), além da pretensão de construir 1.800 unidades habitacionais e uma via no local onde estão localizados os barracos atualmente, a fim de evitar as ocupações irregulares. De acordo com o prefeito da

²⁷ <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/boas-praticas/acesso-a-servicos-publicos/mpe-al/comunidades-da-orla-lagunar/relatorio-socio-economico-seads>

²⁸ <http://www.alagoas24horas.com.br/1122217/projeto-que-preve-o-fim-das-favelas-na-orla-lagunar-esta-orcado-em-r-200-milhoes/>

cidade, Rui Palmeira, nos últimos 30 anos foram realizadas pelo menos 5 tentativas de acabar com as referidas favelas, mas nunca obtiveram sucesso.

Em matéria²⁹ publica no dia 9 de janeiro de 2018 do Jornal Virtual Correio do Povo de Alagoas é apontada questão da qualidade de vida dos moradores que residem nas margens da Lagoa Mundaú, nas áreas que abrangem o bairro do Bebedouro, Mutange e Vergel do Lago. Tocando sempre no mesmo ponto, a questão da urbanização que nunca saiu do papel, apontando também para o Tribunal de Contas do Estado que não emitiu uma certidão que viabilizasse os empréstimos financeiros para a reurbanização da Orla Lagunar, através do projeto conhecido como De Frente pra Lagoa. De acordo com a matéria, as áreas citadas são comparadas aos países mais pobres da África, onde de acordo com dados levantados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (Sedet), cerca de 10 mil moradores sofrem com essa burocracia político-administrativo, vivendo abaixo da linha da pobreza. Como já foi ressaltado, essas áreas são consideradas impróprias para a convivência, uma vez que não tem água tratada, não tem banheiros, existem animais circulando entre a população- inclusive animais doentes, ressaltando a questão do bicho-de-pé-, com energia elétrica improvisada, etc, uma situação de completa vulnerabilidade, sem falar da violência relacionada ao tráfico de drogas e afins nas áreas públicas. Por fim, é ressaltado por um líder comunitário da região chamado José Claudemir de Oliveira que muitos moradores receberam casas em bairros distantes mas que é inviável se mudar uma vez que muitos dependem da lagoa tanto como fonte de renda quanto para a própria alimentação. Sendo assim, a situação da população só se agrava e, enquanto isso, existe esse impasse entre o TCE e a Prefeitura de Maceió para a execução do projeto que promoveria, teoricamente, uma melhor qualidade de vida para a população.

No dia 09/03/2016, de acordo com o endereço virtual³⁰ do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas, houve uma reunião que contou com o prefeito de Maceió, Rui Palmeira, engenheiros, técnicos e estudantes e presidentes de entidades ligadas a construção civil. No momento, foi apresentado por Rui Palmeira, pela primeira vez, o novo projeto de reurbanização da orla lagunar, orçada a princí-

29 <http://www.correiodopovo-al.com.br/index.php/noticia/2018/01/09/impasse-penaliza-10-mil-pessoas-na-orla-lagunar>

30 <http://crea-al.org.br/2016/03/prefeito-rui-palmeira-debate-no-crea-nesta-quarta-feira/>

pio em R\$ 64 milhões, através de empréstimos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Mais uma vez é citada a questão da ocupação irregular no entorno da lagoa, ressaltando a questão da degradação ambiental da região.

De acordo com o Jornal Virtual *Tudo na Hora* em matéria³¹ de 11/01/2016, foi divulgado que a capital alagoana receberia neste mesmo mês especialistas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em missão oficial, para avaliar os projetos que foram pleiteados pela prefeitura municipal no que se refere a reurbanização da orla lagunar, onde seriam investidos aproximadamente R\$ 250 milhões. De acordo com Rui Palmeira, desde 2013 se tem trabalhado no projeto de reurbanização da orla lagunar, que em dezembro de 2015 o mesmo tomou conhecimento que o governo federal havia dado o aval para que o município pegasse o empréstimo para custear o projeto, ressaltando que trata-se de uma nova tentativa de acabar com as favelas, melhorar a qualidade de vida da população, inserir a orla no turismo da cidade, integrando-a de forma permanente ao contexto urbano, uma vez que a região é constantemente marginalizada pelo fato de que esses projetos não são efetivados. A intenção dessa vez não difere das outras, a construção de um complexo habitacional com estrutura para lazer, educação, atividades econômicas, com pavimentação, abastecimento de água, infraestrutura de esgotamento sanitário, rede elétrica, restauração e conservação do entorno da lagoa, etc.

Até a presente data, nenhuma urbanização foi feita, nenhum conjunto habitacional foi inaugurado. As pessoas da orla lagunar seguem vivendo na miséria, na sujeira, na falta de saneamento, na poluição, etc. Na imagem abaixo, tirada pela equipe do Ministério Público Comunitário (MPCOM) no dia 03/10/2018, reitero neste trabalho a situação degradante em que o poder público permite que esteja a Lagoa Mundaú.

IMAGEM 10 - O ESGOTO AINDA É DESCARTADO NA LAGOA

31 <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/requalificacao-da-orla-lagunar-preve-complexo-habitacional-pavimentacao-e-paisagismo/>



Fonte: MPCOM

2.3 O MINISTÉRIO PÚBLICO COMUNITÁRIO

O Ministério Público Comunitário é um programa do Ministério Público Estadual que foi criado em 2012, primeiramente funcionando no salão da Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro no Vergel do Lago e posteriormente se mudando para o prédio onde funciona o Conselho Tutelar da região II. O núcleo conta com voluntários, uma assistente social, uma psicóloga e um promotor de justiça/coordenador do programa. Os voluntários passam pelo Curso de Capacitação em Mediação Comunitária de Conflitos promovido pelo próprio núcleo, em que são feitas oficinas com temáticas voltadas aos direitos humanos, às relações de gênero, à necessidade de acolher³² a população vulnerável, às técnicas do mediador de conflitos, ao preenchi-

³² Considerando o acolhimento como porta de entrada do usuário na busca de atendimento, fazendo-o sentir possuidor de direitos e respeitando seu direito a fala, na tentativa de incentivar sua autonomia.

mento de formulários e demais procedimentos, entre outros temas que são relacionados ao trabalho desenvolvido. Além disso, durante o ano, são desenvolvidas outras atividades educativas. Nelas os próprios mediadores se encarregam de estudar os assuntos designados em grupos, sempre de acordo com as necessidades de aperfeiçoamento da equipe. É feito, então, um cronograma de apresentações e nos momentos definidos são feitas as explicações e os debates. Embora seja importantíssima a participação da população e mediadores, a maioria dos grupos de estudo contam sempre com as pessoas, alguns poucos apenas que estão, de fato, atuando.

São três os eixos de trabalho desenvolvidos pelo núcleo. Primeiro, a mediação comunitária de conflitos que, no caso, extrajudicial, pode ser caracterizada pela tentativa de reconstruir o diálogo entre as partes envolvidas, conscientizando-as de que elas são responsáveis por resolver seus conflitos (seja um conflito simples, que pode ser resolvido através do diálogo, seja na busca de uma ajuda profissional/encaminhamento), assim, o mediador, imparcial, é a ponte para esse diálogo, tentando achar soluções consensuais que gerem benefícios mútuos. Segundo, a educação para os direitos que consiste na orientação acerca dos direitos e deveres de cada um. Por fim, o terceiro ponto que é a animação das redes³³ de apoio, ou, as iniciativas por parte do MPCOM em sempre deixar outras instituições a par das atividades do núcleo, seja convidando para os eventos ou através de encaminhamentos realizados para resolução de demandas. O trabalho não tem nenhum envolvimento político, embora já tenha sido usado com tais intenções por usuários que iam solicitar encaminhamentos para marcação de procedimentos médicos para terceiros, servindo a algum político; outros que solicitavam os encaminhamentos e cobravam dos seus respectivos donos, enfim, uma série de exemplos que caracterizam a dinâmica do serviço público e a omissão por parte dos usuários.

O núcleo funciona de segunda a sexta-feira, no período da manhã. A demanda tem aumentado bastante ao longo dos anos e em contrapartida, a equipe disponível para atender é insuficiente, mas, mesmo assim, atua de forma ativa na promoção dos direitos e orientação dos seus usuários na medida do possível. As principais demandas são: mediação comunitária de conflitos³⁴, ofícios para cartórios para solicitar

³³ CRAS, CREAS, Defensoria Pública Estadual, Ministério Público Estadual, Conselho Tutelar, etc.

³⁴ Ressaltando ser uma alternativa extra-judicial, mas com valor jurídico, uma vez que tem o aparato legal para legitimar a prática, através da Lei 13.140/2015, incluindo a ética do mediador, os direitos

a emissão de 2ª via gratuita de registro civil de nascimento, encaminhamentos para a defensoria tanto para emissão da 2ª via gratuita de documento de identificação quanto para homologação de acordos realizados no núcleo, entrada em divórcio, pensão alimentícia e guarda, inventário e partilha de bens; orientações de como proceder em determinadas situações que não necessitam de encaminhamento e ofícios para a direção do Complexo Regulador Assistencial ou CORA Central para solicitar a marcação de procedimentos médicos, uma vez que os postos de saúde não estão fazendo as marcações necessárias, deixando grande parte da população desassistida, além de que, conforme a lei, como já foi citada, não é necessário qualquer tipo de encaminhamento para o acesso à saúde através da rede básica, visto que ela é universal.

É importante ressaltar a questão dos ofícios feitos para o CORA, até em nível de esclarecimento acerca das atribuições do núcleo, da competência do poder público no que se refere à saúde pública e do dever do Complexo Regulador Assistencial. O MPCOM tem a função de ser um braço do Ministério Público Estadual mais acessível à população que mais necessita de suporte, combatendo a violação de direitos e abrindo vias de acesso para assistir os usuários em suas necessidades desprezadas e violadas. O Ministério Público Estadual tem como função a regulação e fiscalização dos poderes públicos, sem fazer parte dos mesmos. O órgão tem, supostamente, autonomia institucional, administrativa e financeira, sendo impossível ser extinto de acordo com a Constituição Federal de 1988, salientando que o Ministério Público existia antes da CF mas foi a partir dela que suas atribuições mudaram. De acordo com o artigo 127 da Constituição, o MP tem a obrigação de defender a ordem jurídica, o regime democrático, os interesses sociais e os interesses individuais indisponíveis. No geral, tem a função de zelar pelo interesse público, pelo bem comum. Ressalto aqui a questão do interesse social e individual indisponível³⁵, numa perspectiva de que trata-se de demanda coletiva de violação de direitos, precisando da intervenção do MP para viabilizar o acesso. Já o Complexo Regulador Assistencial, tem a atribuição de organizar e viabilizar o acesso dos usuários do SUS na marcação de exames, consultas e demais procedimentos médicos, entretanto, os setores do Cora designados para as unidades de saúde diversas vezes não fazem a

dos mediados, separando a mediação extra-judicial da judicial.

35 São os direitos aos quais não se pode abrir mão. Ex.: vida, saúde, dignidade, liberdade, etc.

marcação³⁶ por não estarem funcionando, por não existirem vagas, etc. Sendo assim, muitos usuários vão ao MPCOM a fim de ter acesso a um direito garantido pela Constituição e como é uma atribuição do programa, os encaminhamentos são realizados diariamente, numa demanda alta, ressaltando que desde o início do ano de 2018 já foram feitos 2297 ofícios, onde de acordo com vários usuários que retornam ao núcleo buscando novamente o serviço devido a sua eficácia, afirmam que só conseguiram devido aos encaminhamentos.

Desde o ano de 2012 o núcleo e a população observam a questão de descarte irregular de lixo aumentando e desde 2013 o MPCOM atua combatendo, onde já foram encaminhados relatórios e mapeamentos para as instituições responsáveis, além de terem sido realizados 3 encontros³⁷ relacionados a educação ambiental, onde a população foi convidada para todos os três, assim como instituições da comunidade, ONGs, o poder público e demais setores vinculados a proteção ambiental, etc; 2 caminhadas de mobilização contra o descarte irregular de lixo, onde a 2ª ocorreu no dia 08/03/2017 e foi ressaltada a questão a mulher marisqueira e sua luta por melhores condições de vida, em alusão ao Dia Internacional da Mulher e as lutas históricas por direitos. O referido evento foi realizado em parceria com a Comissão de Organização de eventos do Ministério Público Estadual e a Procuradoria-Geral do Estado, contando também com a participação do grupo afro Afoxé Ofómin, o cantor Igbonan Rocha, o humorista Marlon Rossi, além de alguns serviços que foram oferecidos (emissão de RG e CPF com o Instituto de Identificação, Corte e Cabelo com o SENAC, verificação de pressão também com o SENAC, aula de dança com o SESC, aula de Karatê e Defesa Pessoal com o grupo Sebastian San, etc). Entretanto, do ponto de vista pessoal, o evento acabou não dando visibilidade a causa, a ideia inicial do MPCOM que era a questão do descarte irregular de lixo e a luta da mulher marisqueira, ressaltando também outros pontos relacionados a luta da mulher periférica, parecendo mais um evento digno de manchetes: com figuras importantes do Ministério Público Estadual (MPE), imprensa, ações voltadas para a beleza da mulher, pouco espaço de fala sobre a ideia inicial, sem marisqueiras para representar, grandes falas de como o poder público pretende investir na qualidade

³⁶ Os usuários informam que os setores do CORA das unidades de saúde não funcionam normalmente, por isso a grande demanda. Um usuário conta a um conhecido que através do MPCOM e assim por diante.

³⁷ I, II e III Encontro Local de Educação Ambiental.

de vida da população mas que até o atual momento, nada foi efetivado, além de um único ecoponto, no que se refere a questão do lixo, que foi finalmente inaugurado no começo do ano de 2018, situado atrás da Guarda Municipal no Vergel do Lago.

São vários os obstáculos encontrados pelo núcleo na tentativa de efetivar os direitos constitucionais dos usuários, principalmente pela própria ignorância da maioria agregado a um nível tão baixo de educação que muitas vezes impossibilita a compreensão de qualquer orientação dada, o que faz com que muitos sejam enganados, humilhados e passados para trás sem a mínima condição de defesa. No final do mês de abril os integrantes do Ministério Público Comunitário decidiram paralisar o funcionamento devido a problemas estruturais que comprometem diretamente a salubridade do prédio, oferecendo sérios riscos à saúde da equipe e dos usuários: uma infestação de pombos no forro do prédio e fezes nos ar condicionados. Toda a equipe atuante do MPCOM tomou a decisão de paralisar as atividades até que os problemas fossem resolvidos, visto que a situação não é atual e que já foi solicitada uma reforma da estrutura, além de uma solução para o fim dos pombos, mas, supostamente devido a parte burocrática para se realizar tal intervenção. O núcleo passou quatro meses sem funcionamento, até que foi acolhido pelo Instituto Servir, localizado na Quadra 1 do Conjunto Joaquim Leão, bem mais próximo à Orla Lagunar.

1. O NÚCLEO MPCOM E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Como já foi citado, um dos principais obstáculos que pode comprometer diretamente qualquer trabalho voltado para o acesso às políticas públicas é a própria equipe. No caso do MPCOM, o grupo de mediadores que mesmo com todas as iniciativas da equipe multidisciplinar em capacitar através de uma perspectiva voltada para os direitos humanos, um dos maiores pilares do trabalho desenvolvido, não consegue associar a questão da pobreza à conjuntura política atual e a falta de interesse em educar a população em relação ao seu papel enquanto cidadão, o que gera a alienação da maioria e a reprodução do discurso dominante, onde o pobre é culpado pelas mazelas da realidade em que está inserido.

O papel do mediador deve ser, primeiramente, deixar seus valores de lado e estar aberto a construção do diálogo com o usuário, estimulando o mesmo a relatar (e pensar sobre) sua situação, levando em consideração que o mesmo já foi extremamente maltratado (através de orientações erradas, julgamentos, mal atendimento, longa espera, etc) por outros órgãos. Deve ser levado em consideração que muitos dos usuários não fazem a menor ideia que eles tem direitos e que muitas vezes pagam por serviços que não são oferecidos, como por exemplo o próprio saneamento básico, sem a prestação do serviço, através da taxa de esgoto da Casal. É necessário ter em mente que a grande diversidade dos usuários atendidos exige que o mediador seja aberto as diferentes opiniões, realidades, posicionamentos e religiões, visando sempre a igualdade, o direito a fala, o respeito e o reconhecimento de que o outro é igual perante a lei.

Uma coisa é muito comum a todos os usuários que relatam as suas situações: a falta de acesso à rede básica de assistência, seja na segurança, na saúde, na educação, no lazer. No que se refere a segurança, vale salientar a questão da mulher em situação de violência doméstica e o papel da polícia comunitária. Em várias situações, recebemos mulheres que “disseram” ser encaminhadas da Base Comunitária da Polícia Militar que situa-se próxima a sede do Núcleo, a fim de fazer mediação com seus respectivos companheiros devido ao relacionamento turbulento, discussões constantes, as vezes agressão física, retenção de documentos, etc. O motivo de usar aspas para salientar o fato que as mulheres disseram ter sido encaminhadas é pela inexistência de algum documento, algum encaminhamento por es-

crito, algum documento assinado e reconhecido na hora do atendimento. No dia 23/02/2018 determinada mulher chegou ao núcleo alegando ter sido encaminhada pela Base Comunitária e a mesma não sabia ao certo a quem recorrer, sabia que a gente ia fazer o encaminhamento, justamente pela ausência de grandes informações acerca de direitos e deveres e pelo próprio desconhecimento acerca das próprias atribuições dos integrantes da PM na hora de orientar uma mulher em situação de violência doméstica, ressaltando que compete à autoridade policial, de acordo com a Lei Maria da Penha no Art.11 *caput IV se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar (CONGRESSO NACIONAL, 2006)*. Na situação citada acima, a mulher relatou que já havia sido vítima de violência física e que atualmente tinha se separado do companheiro por ter descoberto uma traição e que o mesmo, durante uma briga, a expulsou de casa e estava impedindo que ela fosse buscar seus pertences. O único documento que a usuária estava portando era um formulário de Boletim de Ocorrência em branco e dobrado várias vezes, onde no verso estava escrito o nome da Delegacia do 3º Distrito da Capital, o endereço e o telefone. Sendo assim, ela informou que foi orientada a ir lá para ser encaminhada e para ver o que mais poderia ser feito, solicitando inclusive uma “ordem” para a Polícia ir até a residência retirar os pertences. Orientei-a de que a mesma deveria procurar a Delegacia da Mulher pois várias das situações relatadas enquadravam-se na Lei Maria da Penha (a retenção de documentos, as violências físicas, a manipulação), o que ela disse ali mesmo que não faria, foi quando tomei conhecimento do B.O em branco. Como não temos nem preparação, nem equipe suficiente para fazer visitas domiciliares para acompanhar tais situações, geralmente não sabemos o que se sucede depois.

São várias situações em que já existe acordo judicial referente a pensão alimentícia, acordos esses que são descumpridos constantemente. Aparentemente não há fiscalização dessas situações, uma vez que as mulheres são obrigadas a reabrir o processo ou solicitar a execução da dívida. No dia 05/05/2015 uma usuária chegou ao núcleo com esse problema, havia o acordo na justiça mas o ex-companheiro estava descumprido. No dia 25/08/2016 recebemos uma situação semelhante, descumprimento de acordo judicial com a alegação de que o responsável pelo pagamento (o pai) tinha ficado desempregado.

No dia 27/01/2015, uma usuária procurou o programa para solicitar mediação com companheiro alegando que tem uma relação conflituosa e extremamente desgastada. Por vezes, ela informou que era agredida verbalmente e que o marido reclamava com ela alegando que ela deveria dar mais atenção a casa.

No dia 10/03/2015, uma usuária solicitou mediação com ex-companheiro com quem teve um filho a fim de dividir as responsabilidades. Alegou que a criança necessitava de cuidados especiais e que a mesma estava extremamente sobrecarregada, uma vez que o genitor da criança não dava suporte.

No dia 10/04/2015 uma usuária solicitou mediação com ex-companheiro para ajustar pensão alimentícia, alegando que o mesmo não paga valor nenhum e nem atende as ligações dela.

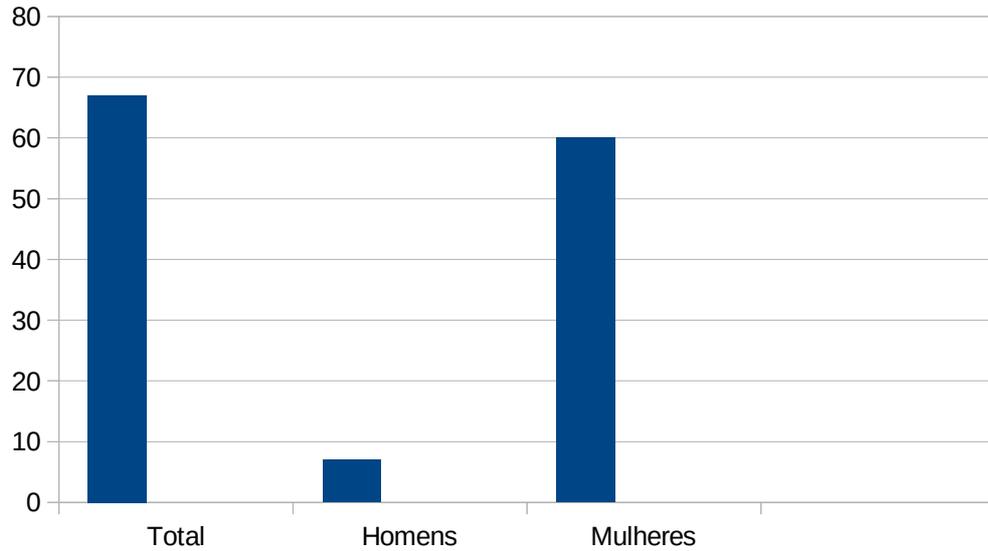
No dia 14/09/2015 uma usuária solicitou mediação com seu companheiro para tratar de relação conturbada. Ela informou que o marido bebe muito e que é geralmente agressivo com a mesma, chegando a ameaçá-la. Houve uma situação relatada pela usuária onde o seu marido chegou a esfaquear o sofá na tentativa de intimidá-la. Na mediação, o marido não negou nenhuma das situações apontadas pela mulher, informando que a mesma o xinga, o humilha na frente de amigos e em vias públicas. O marido chegou a dizer sorrindo que se a esposa o denunciasse (como ela foi orientada a fazer e se mostrou inclinada a isso), ele contrataria um advogado e no outro dia estaria solto. Esse é justamente o medo da usuária, a real possibilidade da impunidade do marido e a retaliação que pode ocorrer.

Foram separados 193 procedimentos que foram abertos no MPCOM, entre 2012 e 2018, referentes a violência contra a mulher para ilustrar as várias situações que são levadas até o núcleo e que acabam em mediação. Para a abertura dos procedimentos, existem alguns documentos que precisam ser preenchidos no momento do acolhimento³⁸ para que uma mediação seja marcada. Tais documentos são: Perfil Socioeconômico/Triagem, Formulário de Atendimento, Protocolo e Convites. Entretanto, esse processo nem sempre ocorre a contento. Um exemplo disso é o não preenchimento do formulário de triagem, sendo um dos mais importantes, uma vez que possibilita que ao final de cada ano possa ser traçado um perfil dos usuários. Sendo assim, dos 193 procedimentos, apenas 67 formulários de triagem foram

38 Primeiro atendimento.

preenchidos. Mesmo com essa deficiência, foi possível vislumbrar as condições em que os usuários vivem. Desses 67, 60 eram de mulheres e 7 de homens.

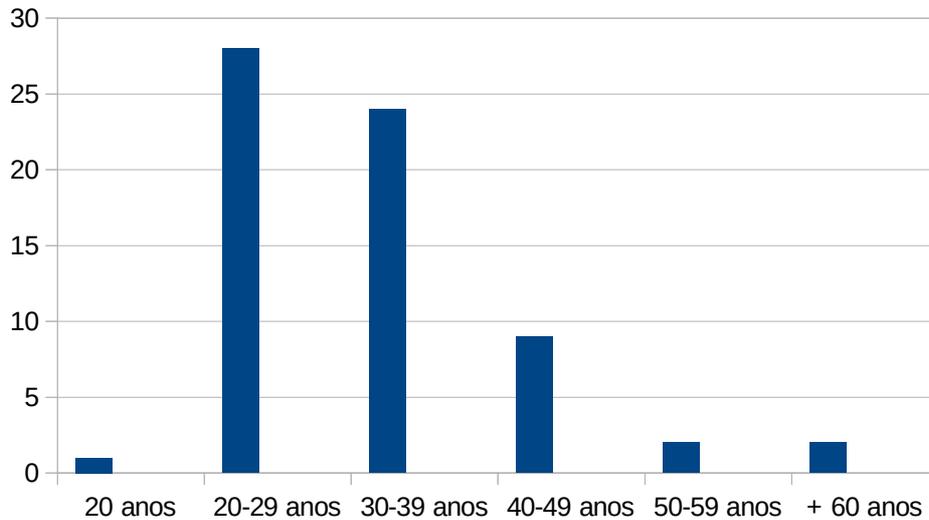
GRÁFICO 2- TRIAGEM: SEXO



Fonte: Própria (2018)

As idades variavam: menos de 20 anos (1), de 20 a 29 anos (28), de 30 a 39 anos (24), de 40 a 49 anos (9), de 50 a 59 anos (2) e com mais de 60 (2).

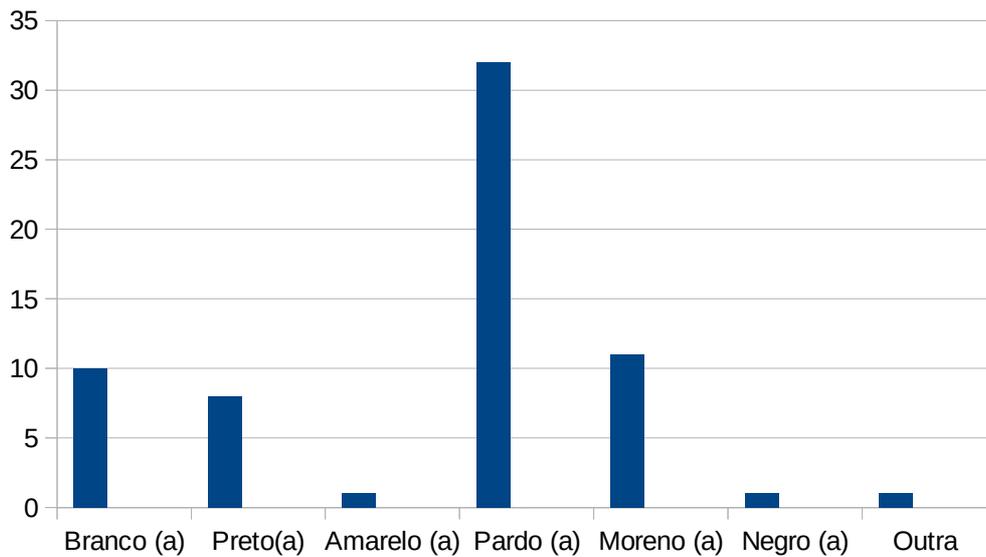
GRÁFICO 3 – IDADE



Fonte: Própria (2018)

No que se refere a cor da pele, levando em consideração o caráter autodeclaratório do formulário, enquanto resposta, as opções foram: Branco (10), Preta (8), Amarela (1), Parda (32), Morena (11), Negra (1) e Outra cor (1).

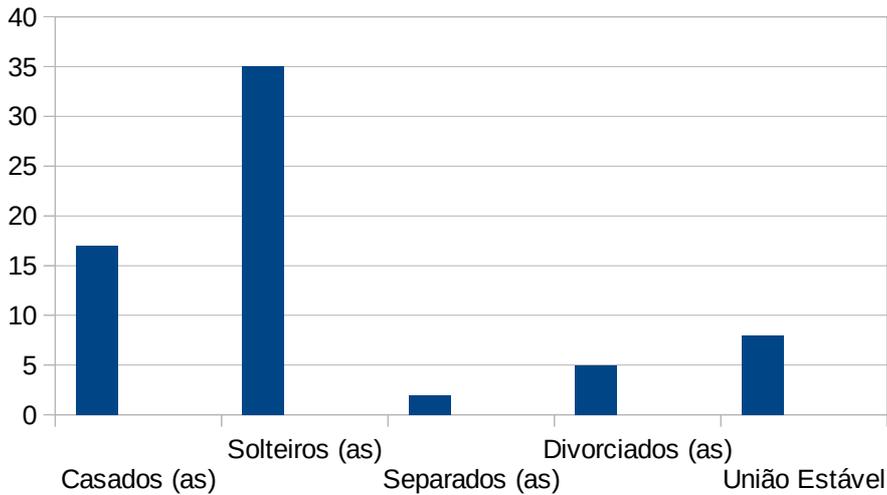
GRÁFICO 4- TRIAGEM: COR DE PELE



Fonte: Própria (2018)

Quanto ao Estado Civil: Casadas (17), Solteiras (35), Separadas (2), Divorciadas (5) e União Estável (8).

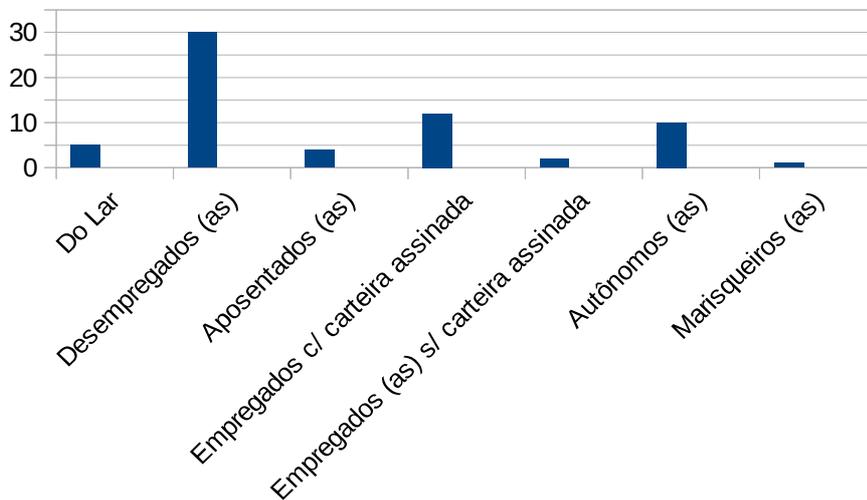
GRÁFICO 5- TRIAGEM: ESTADO CIVIL



Fonte: Própria (2018)

Na situação ocupacional: Do Lar (5), Desempregadas (30), Aposentadas (4), Empregadas com carteira assinada (12), Empregadas sem carteira assinada (2), Autônomas (10) e Marisqueira (1).

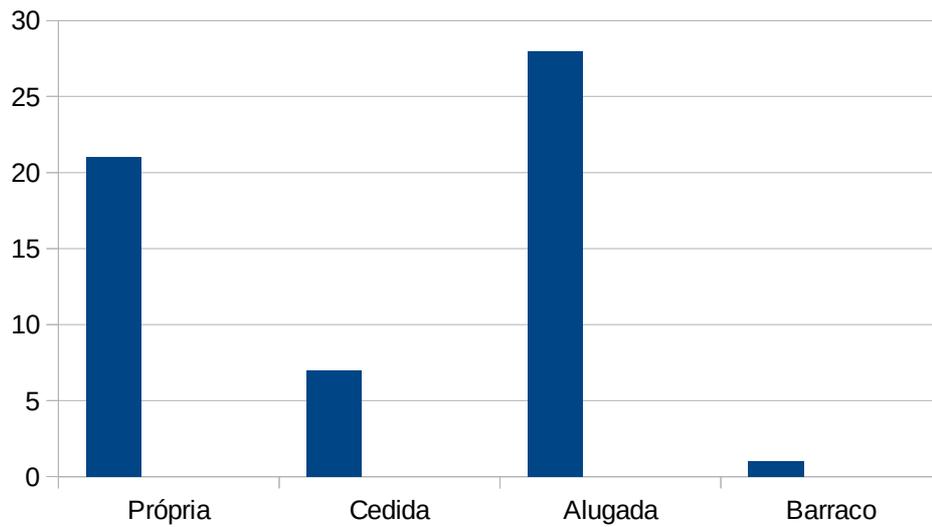
GRÁFICO 6- TRIAGEM: SITUAÇÃO OCUPACIONAL



Fonte: Própria (2018)

Na Moradia: Própria (21), Cedida (7), Alugada (28) e Barraco (1).

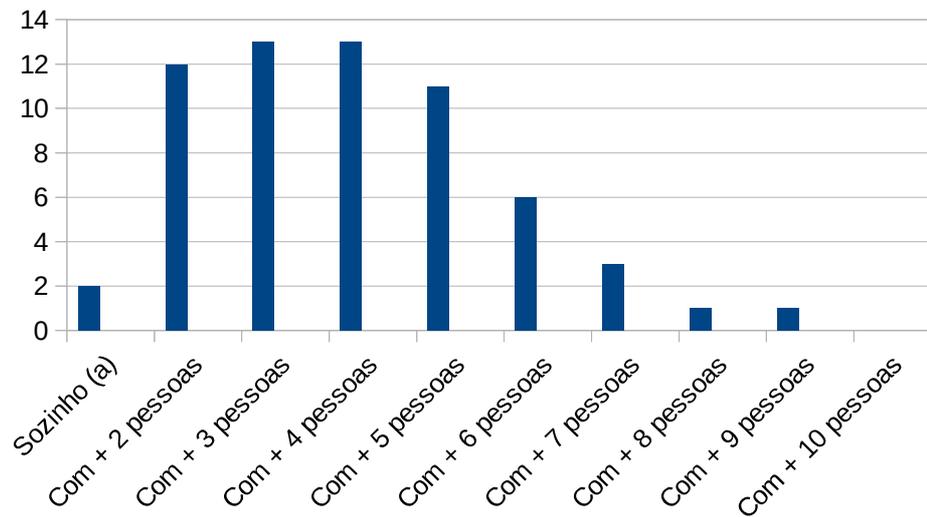
GRÁFICO 7- TRIAGEM: DOMICÍLIO



Fonte: Própria (2018)

Especificando a questão da moradia no que se refere a quantidade de pessoas sob o mesmo teto: 2 pessoas moravam sozinhas, com 2 (12), com 3 (13), com 4 (13), com 5 (11), com 6 (6), com 7 (3), com 8 (1), com 9 (1) e com 10 (1).

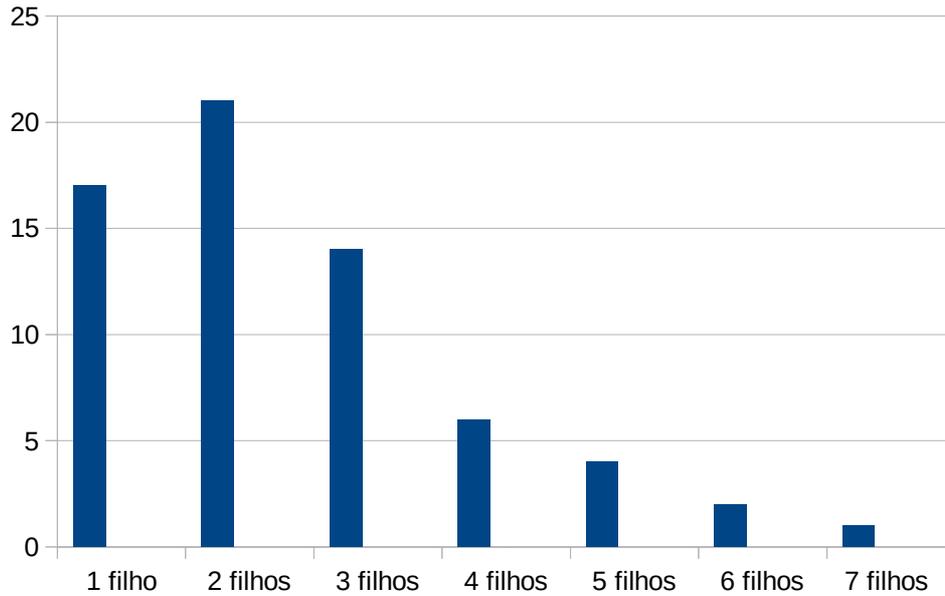
GRÁFICO 8- TRIAGEM: QUANTAS PESSOAS MORAM NO MESMO DOMICÍLIO



Fonte: Própria (2018)

A maioria tinha filhos, 61 alegaram que sim e 1 pessoa que não: apenas um filho (17), 2 filhos (21), 3 filhos (14), tem 4 filhos (6), 5 filhos (4), 6 filhos (2) e 7 filhos (1).

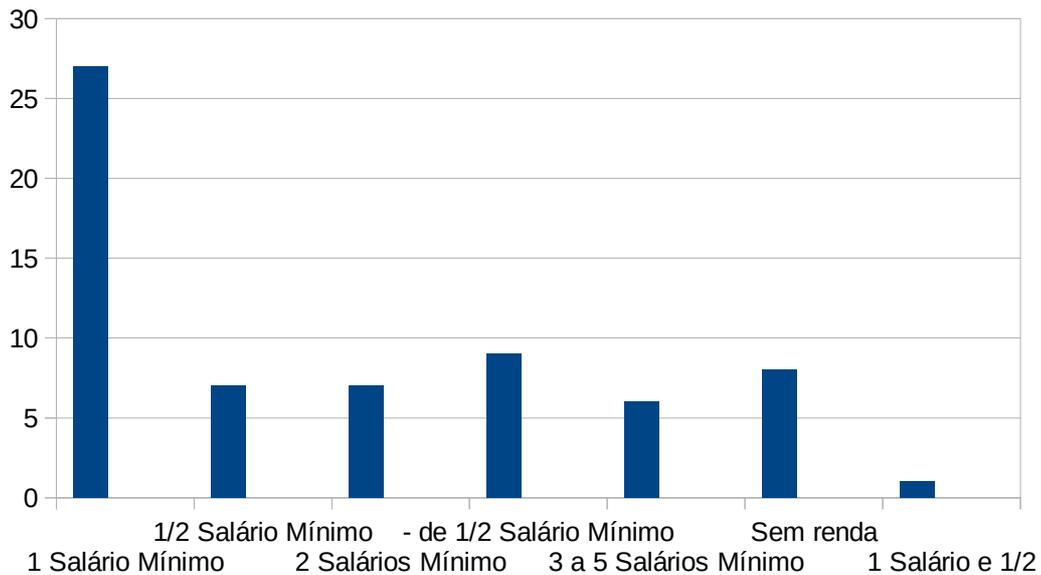
GRÁFICO 9 - TRIAGEM: QUANTIDADE DE FILHOS



Fonte: Prónria (2018)

A renda familiar variava: 1 Salário-mínimo (27), com meio salário (7), com dois salários (7), com menos de meio salário (9), com de 3 a 5 salários (6), sem renda (8) e com um salário e meio (1).

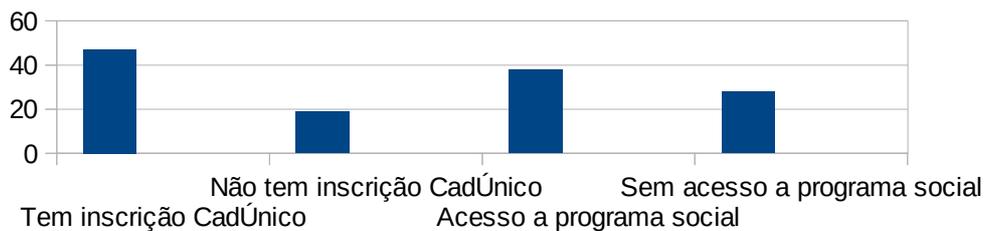
GRÁFICO 10- TRIAGEM: RENDA FAMILIAR



Fonte: Própria (2018)

Quase todas as 67 tem inscrição no Cadastro Único, 47 inscritas e 19 não inscritas, totalizando 66 pessoas, onde 38 alegaram ter acesso a algum Programa Social e outros 28 informaram não ter.

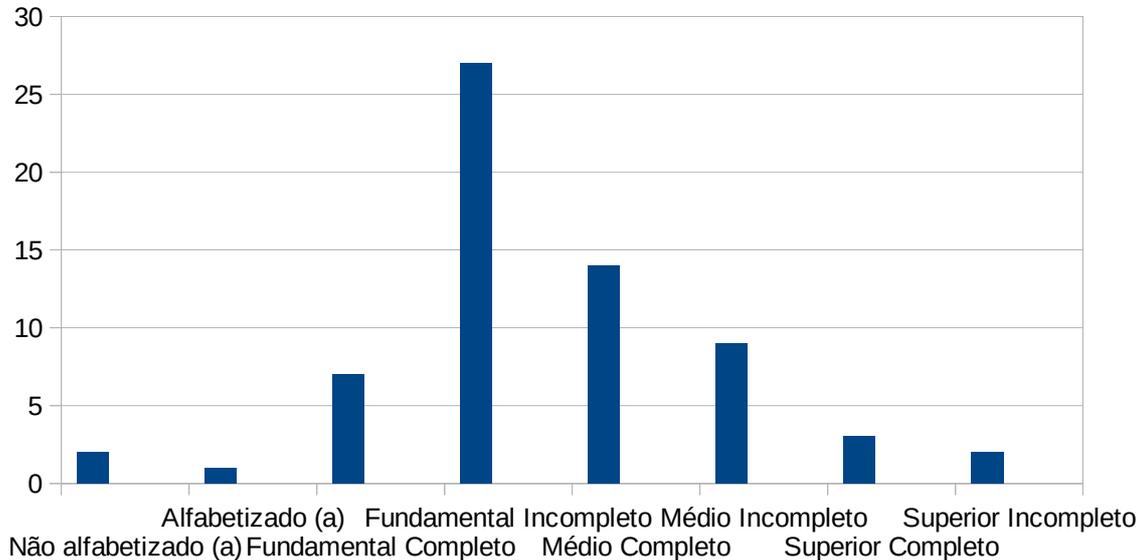
GRÁFICO 11- TRIAGEM: CADASTRO ÚNICO E PROGRAMAS SOCIAIS



Fonte: Própria (2018)

Quanto a escolaridade, 2 alegaram não serem alfabetizadas, 1 alegou ser só alfabetizada, 27 pessoas possuem o Fundamental Incompleto, 7 tem o Fundamental Completo, 9 tem o Médio Incompleto, 14 tem o Médio Completo, 2 tem o Superior Incompleto, 3 tem o superior Completo, totalizando 67.

GRÁFICO 12- TRIAGEM: ESCOLARIDADE



Fonte: Própria (2018)

É importante levar em consideração durante a análise dos formulários que não é possível definir ao certo se o não preenchimento de algumas informações no formulário de triagem ocorre por falha do mediador ou por opção do usuário. Assim mesmo se pode observar que a grande maioria dos usuários se encontrava desempregada, tinha baixa escolaridade, renda per capita insuficiente (caracterizando-se como baixa renda, com renda per capita de $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo) e que seus filhos, que por consequência acumulam as necessidades das famílias, se encontravam em situação de vulnerabilidade social pautada por creches lotadas (ou a ausência delas), serviços indisponíveis ou inacessíveis, pais ausentes, etc.

Quanto ao teor das solicitações da abertura de procedimento, foi possível observar diversas situações recebidas durante o período já citado: várias solicitações de regularização de pensão alimentícia e/ou guarda, uma vez que o diálogo era impossibilitado devido a relações conturbadas que podiam incluir agressões verbais e até físicas; mães que necessitavam de auxílio dos genitores dos filhos, entretanto, os mesmos se encontravam num processo de desintoxicação de drogas, transferindo a responsabilidade para os avós paternos que muitas vezes também não tinham condições financeiras de contribuir significativamente; briga de vizinhas/conhecidas (acusações de uma se envolver com o marido da outra, agressões verbais e físicas,

ameaças, trotes telefônicos, fofocas) cuja demanda não foi acolhida pela delegacia das mulheres por falta de mais informações (endereço); menor de idade do sexo feminino sendo impedida de entrar em casa pelo pai desde que a genitora faleceu; mulher solicitando do ex-companheiro a criação do vínculo afetivo do mesmo com os filhos, além da participação na educação; diversos descumprimentos de acordos judiciais (ou do próprio núcleo) de pensão alimentícia; mulher que reclama do ex-companheiro por nunca ter contribuído com nada na criação dos filhos; aumento de pensão alimentícia; uma mãe que solicita acompanhamento psicológico por ter tido um filho fruto de estupro e não ter conseguido criar vínculos com ele, onde a criança vive com a outra mãe em estado de vulnerabilidade; mãe que impede o pai de ter contato com o filho; filha que solicita mediação com a mãe pelo fato de a mesma não aceitar sua opção sexual; separação e partilha de bens; retenção de documentos; difamação por parte do companheiro; agressões verbais no relacionamento; ajuste de pensão com o genitor dos netos; pensão em atraso ou incompleta; o pai que pega os filhos e não devolve; reconhecimento de DNA (onde o homem desconfia da fidelidade da mulher, inclusive fazendo referência a postura fora do padrão da mesma e solicita encaminhamento para o Núcleo de Promoção de Filiação) e ajuste de pensão; ex-companheiros que ainda numa relação conflituosa, envolvem os filhos diretamente, fazem ameaças (cortar a pensão ou impedir que pegue os filhos), pedem aos filhos para cobrar a pensão, denigre a imagem um do outro (alguns casos, só uma parte denigre); a mulher que solicita acompanhamento do ex-companheiro, pois o filho está apresentando problemas de saúde (inclusive mental) e o mesmo não dá suporte; mulheres que querem conversar com os filhos menores de idade pelo fato de terem receio de suas ações e a possibilidade do envolvimento com drogas e pessoas que não agregariam nada em seu convívio; a mulher que deseja ajustar pensão alimentícia com genitor, em quadro de doença mental, agressivo e que já lhe ameaçou; o pai que se mudou (inclusive para fora do país) e deixou os filhos sob a responsabilidade da mãe que, por sua vez, não possui condições de promover as necessidades básicas da criança; a mulher gestante que alega que o pai da criança não aceita a gravidez, inclusive pede para que ela aborte, mas o que ela deseja é o reconhecimento; mãe e filhos ameaçados e agredidos verbal e fisicamente, intimidações inclusive com armas brancas; a mãe que alega que o pai de seu filho não está pagando a escola, o que causa constrangimento para a mesma,

além de não pagar uma pensão; o homem que não aceita o fim do relacionamento, faz ameaças, agride verbalmente, tenta bater, etc; a mulher que deseja que o pai (há mais de 10 anos sem ver o filho) pague uma pensão; um homem acusado de entrar sem permissão na casa de sua ex-companheira, mãe de seu filho, em momentos que o mesmo vai levar dinheiro ou produtos de necessidades básicas, entre outros.

É importante ressaltar que todos esses exemplos de situações foram “relatadas” e documentadas no Formulário de Atendimento que compõe cada procedimento. Refiro-me a palavra relatadas entre aspas para enfatizar que são as primeiras versões desses conflitos, onde em muitas das situações a parte que requeria a mediação também era autora de algum tipo de violência (principalmente verbal e moral). Não devem ser tratadas, portanto, nem como verdadeiras, nem como falsas, mas como são refletidos nas relações a pobreza (educacional, econômica, cultural, intelectual, etc), o desrespeito e várias outras mazelas que já foram apontadas anteriormente, reafirmando o caráter estrutural da violência de gênero, partindo do âmbito privado para o público e vice-versa.

O papel desempenhado pelo MPCOM é bastante limitado nessas situações, uma vez que o direcionamento do núcleo é mais abrangente. A possibilidade de atuação é através de encaminhamentos, orientações e mediações (em situações moderadas, em que há a possibilidade do diálogo). Não existem condições de acompanhar cada situação pela falta de pessoal para suprir a demanda e, ainda, porque ocasionalmente o contato dos usuários muda e se perde o acesso. Mesmo com todas as dificuldades, o MPCOM está sempre orientando quando as situações aparecem, sempre aderindo a campanhas de combate a violência doméstica e familiar contra a mulher, desejando sempre que todas as promessas de fortalecimento da rede sejam efetivadas, que os direitos sejam assegurados e que as vítimas tenham a devida atenção.

1.3 A DISCRIMINAÇÃO DA MULHER

A discriminação da mulher pode ser expresso de maneiras sutis e reproduzido inclusive por mulheres. É sempre citado que onde tem homem, mulher não pega peso, não trabalha; a mãe/namorada/esposa deve “cuidar” do seu filho/namorado/esposo, óbvio que se deve cuidar, no sentido de prezar pela relação em vários sentidos, mas o que se está querendo dizer com isso é alimentar literalmente, agradar constantemente, abdicar de suas vontades, se portar como “mulher casada/comprometida”, seja lá o que isso signifique e uma série de convenções sociais que designam o papel feminino. Enfim, são várias as frases³⁹ que costumamos reproduzir e que nem percebemos que fortalecem esse estereótipo e essa relação binária que existe, homem/mulher, algoz/vítima, santa/puta, fragilidade/virilidade, etc e que ainda colocam todas as mulheres (e homens) num mesmo espaço, sem se importar com a diversidade que existe.

De acordo com uma matéria⁴⁰ da BBC, escrita por Thiago Guimarães, os casos recentes de estupro coletivo no Brasil instigaram novamente as discussões acerca do impacto negativo do machismo e dos pequenos gestos cotidianos que sustentam essa cultura, a fim de tentar entender os registros de 50 mil estupros por ano. De acordo com a matéria, a jornalista Brenda Fucuta, através da iniciativa de dar visibilidade a conduta machista e misógina, para assim denunciá-la, exemplificando através desde insinuações em espaço público até reproduções de frases machistas, somando vários exemplos citados pela jornalista. No caso das cantadas na rua, ressaltou-se o teor das frases ditas e a falta de consentimento para esse tipo de interação. Frases obscenas relacionadas ao corpo, a beleza, a roupa que veste, cercado a mulher de olhares invasivos, atraindo a atenção de outras pessoas ao redor, constrangendo, tocando, expondo, etc. Nem sempre, obviamente, a abordagem é agressiva, mas como citado pela jornalista, isso não quer dizer que não é desrespeitosa ou que tenha consentimento. No caso de cantadas agressivas, com teor obsceno, a jornalista as considera “abusos sexuais falados”, ressaltando a cultura

39 Ex.: “Já sabe cozinhar, já pode casar”, “Isso não é coisa de mulher”, “A casa é das mulheres e a rua é dos homens”, “Mulher no volante, perigo constante”, “Uma mulher só é completa quando tem filhos”, “Mulher não gosta de homem, gosta de dinheiro”, “Mulher age com emoção e não com a razão”, “Mulher e carro, quanto menos rodados, melhor”, “Na hora de pagar a conta, nenhuma mulher é feminista”, “Mulher é problemática”

40 <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36522791>.

do estupro, onde o homem se sente no direito de falar sobre o corpo, de tocá-lo da forma que convém, independente de que seja o de uma completa desconhecida, independente de como ela esteja⁴¹, algo na mulher sempre pede por aquilo.

Existem limites de sociabilidade como por exemplo, a compreensão caso uma mulher não deseja conversar com um homem desconhecido, o respeito a sua decisão de não ser incomodada, além de vários outros limites que poderiam ser citados. Mas o fato importante nessa situação toda é que a fala da mulher é constantemente desmerecida, onde quando a mesma rejeita alguma investida masculina ela ainda é criticada, chamada de mal-educada, mal-humorada, mal-amada, de lésbica (achando que isso é xingamento), quando na verdade, ela apenas não quer e não se sente na obrigação de ser simpática uma vez que certos limites dela já foram ultrapassados. Existe um senso comum onde toda a mulher almeja se casar e, para isso, ela precisa apresentar certos atributos⁴². Mas será que todas as mulheres querem realmente casar? São várias as imagens acerca da figura feminina que foram projetadas através do cristianismo e que por consequência causam essa desestabilização nas relações de gênero.

Existem amarras simbólicas que limitam a postura da mulher, que limitam sua autodeterminação e até seu próprio corpo, um exemplo disso é o aborto e a forma como ele é tratado atualmente. Entende-se o aborto através do senso comum e da legislação, enquanto uma prática criminosa, sem se levar em consideração os vários fatores envolvidos: a situação da mulher, tanto financeira como emocional, a relação do pai nessa realidade toda, se ele estará presente e dará todo o suporte necessário. Ainda, no caso de ser uma mulher pobre, não se contesta a pobreza em que ela já vivia e passa a viver junto do (s) seu(s) filho(s), sem suporte do Estado ou até do genitor da criança, não se critica a postura do homem que abandona física, moral e financeiramente aquela “criança” e a mãe que inclusive pensou na possibilidade do aborto mas desistiu graças a pressão social e a criminalização da prática, recorrendo a clandestinidade para realizar o aborto, expondo seu corpo a um procedimento

41 Levantando a questão do estupro de vulnerável, baseando-se na Lei nº 12.015/2009, no artigo 217A (originado do Decreto-Lei nº2.848 de 1940, do Código Penal) onde é colocado que “Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos” é considerado estupro de vulnerável, com pena de 08 a 15 anos e sem seu § 1º “Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no **caput** com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.”

42 Aquele ar de mistério, a simpatia, delicadeza, etc.

de risco realizado muitas vezes de forma inadequada em vários sentidos, feito por pessoas que também podem estar impregnadas de preconceitos. De acordo com o relatório *Aborto e Saúde Pública 20 anos de pesquisa no Brasil*, elaborado por Débora Diniz (2008):

O risco imposto pela ilegalidade do aborto é majoritariamente vivido pelas mulheres pobres e pelas que não têm acesso aos recursos médicos para o aborto seguro. O que há de sólido no debate brasileiro sobre aborto sustenta a tese de que “o aborto é uma questão de saúde pública”. Enfrentar com seriedade esse fenômeno significa entendê-lo como uma questão de cuidados em saúde e direitos humanos, e não como um ato de infração moral de mulheres levianas. E para essa redefinição política há algumas tendências que se mantêm nos estudos à beira do leito com mulheres que abortaram e buscaram o serviço público de saúde: a maioria é jovem, pobre, católica e já com filhos. (DINIZ, 2008, p. 7)

Depois que a criança nasce e vive numa situação de pobreza, exposta a violência urbana e talvez doméstica, além de uma série de violação de direitos, essas mesmas pessoas que criticam a prática do aborto também apoiam a morte/humilhação/espancamento de menores infratores e muitas vezes culpabilizam a mãe que não soube educar. Mas como educar quando não se tem educação? Principalmente, não se critica a forma em que essa criança foi concebida ou se ela terá seus direitos assegurados conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente que prevê que a criança/adolescente tem o direito de crescer em ambiente saudável, com educação, saúde, lazer, apoio moral e dignidade, assim como seus deveres são previstos, inclusive sua punição em caso de infração. E tem a questão também da própria pobreza que não é questionada, a falta de acesso aos direitos básicos para uma vida, no mínimo, digna. Trata-se de um problema estrutural, em uma realidade que a responsabilidade cai em cima da mãe, uma realidade em que esta mesma mãe, muitas vezes, não tem o aparato necessário para o próprio sustento mas que, ainda assim, deve se submeter a isso porque é o seu papel enquanto mulher e mãe. O que está em jogo nessa realidade é que se a mulher teve a coragem de “fazer” ela deve ter a mesma coragem de criar, mesmo que o pai não o faça de forma alguma, ressaltando inclusive o fato de que muitas crianças não tem o nome do pai em seu Registro Civil de Nascimento e no caso de Maceió, em 2008, foi criado através do Tribunal de Justiça de Alagoas o Núcleo de Promoção à Filiação justamente para reverter essa situação de não reconhecimento de paternidade, perpassando a questão de ser um mero nome num documento oficial, elucidando o fato de que trata-se do não reco-

nhecimento de responsabilidades com o filho, na violação de direitos constitucionais. De acordo com o TJ-AL, ao justificar a criação do NPF, no decreto de nº 36 de 2008, se considera a quantidade de crianças que nascem todos os anos onde muitas sequer tem o registro civil de nascimento e outras não tem o nome do pai no documento.

Sendo assim, o costume segue preservado: a mulher assumindo o papel de mãe, custe o que custar e o homem assumindo sua postura que impossibilita o cuidado com os filhos (tarefa feminina), a demonstração de afeto, enfim, papéis completamente opostos que foram construídos e perpetuados por várias forças que atuam na sociedade. De acordo com a Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Minho em Portugal, Silvana Mota Ribeiro (2000), em trabalho intitulado de *Ser Eva e Dever ser Maria: paradigmas do feminino no Cristianismo*, é afirmada a influência do cristianismo como fundamental para a definição do lugar reservado a mulher, tanto na igreja quanto na convivência em sociedade. São várias as abordagens que a autora diz existir que vão através dessa perspectiva, entretanto, existem outras que ultrapassam essa questão, compreendendo a influência religiosa como instrumento justificador e não o desencadeador propriamente dito. Para ela, essas duas posições não são antagônicas e inconciliáveis, uma vez que colocar a ênfase no cristianismo enquanto mecanismo determinante não anula sua função de perpetuador, situando a religião como parte determinante da cultura ocidental. O trabalho de Ribeiro (2000) situa-se no dualismo da tradição católica: Eva e Maria, a mulher que sucumbiu ao pecado da carne e condenou toda a humanidade e a mulher que através da obediência e resignação, alcançou a redenção do mundo com o nascimento de Jesus. São ressaltadas algumas características dessa dualidade: a contraposição entre Pecado e Graça, a importância da virtude (de Maria: a graça em resposta ao pecado). São dois tipos de mulheres que reduzem toda a diversidade feminina.

A história da Criação, de acordo com Ribeiro (2000), é citada como justificativa principal para a submissão feminina, ressaltando o livro de Gênesis em seus dois primeiros capítulos, os quais apresentam duas versões para a criação de Adão e Eva, alertando para a incoerência de ambas. A primeira, no Antigo Testamento, em Gênesis I no versículo 27: “*E criou Deus o homem à sua imagem, a imagem de*

Deus o criou; homem e mulher os criou.” Em Gênesis II, no Antigo Testamento, no versículo 22 *E da costela que o Senhor Deus tomou do homem, formou uma mulher, e trouxe-a a Adão;* no versículo 23 *E disse Adão: Esta é agora osso dos meus ossos, e carne da minha carne; esta será chamada mulher, porquanto do homem foi tomada;* no versículo 24 *Portanto deixará o homem o seu pai e sua mãe, e apegar-se-á à sua mulher, e serão ambos uma carne.* No segundo capítulo de Gênesis, nota-se a ausência de qualquer referência à igualdade entre o homem e a mulher, dando a entender mais que a mulher como feita através do homem, o pertence. De acordo com a análise, a mulher passa a se afastar cada vez mais da imagem e semelhança de Deus, sendo reforçada a ideia da mulher enquanto segundo ser, enquanto feita para a vida junto ao homem. De acordo com o livro 1 de Coríntios.1.1: versículo 7 na questão da utilização do véu nas orações: *O homem, pois, não deve cobrir a cabeça, porque é a imagem e glória de Deus, mas a mulher é a glória do homem;* no versículo 8 *Porque o homem não provém da mulher, mas a mulher do homem;* no versículo 9 *Porque também o homem não foi criado por causa da mulher, mas a mulher por causa do homem.* Sendo assim, é perpetuada a ideia de segundo sexo e através da influência religiosa é aceita a submissão da mulher.

Dentro dessa perspectiva religiosa, traçarei agora uma breve trajetória da mulher no Brasil, a partir da colonização, como forma de ilustrar esses elementos que foram trazidos da Europa. De acordo com Mary Del Priore (2011) em *Histórias íntimas, sexualidade e erotismo no Brasil*, é possível observar que noções como privacidade eram inexistentes. Não bastava muito para ver as intimidades de terceiros: bastava olhar pelas rachaduras das portas, frestas do muro, etc. A privacidade estava em gestação, sendo desenvolvida em meio a precariedade e instabilidade, uma vez que na época, a pobreza caracterizava a população que residia no Brasil. Palavras como vergonha e pudor, recém-dicionarizadas, não faziam parte do vocabulário da população indígena e africana, pouco difundida até entre os próprios portugueses.

Ora, tais noções foram pioneiras em esboçar a história do polimento das condutas, do crescimento do espaço privado e dos autoconstrangimentos que a modernidade foi trazendo. Daquilo que Michel Foucault chamou de cuidado de si; uma esfera cada vez mais definida entre o público e o privado. Esfera capaz de afastar, de forma progressiva e profunda, um do outro. (PRIORE, 2011, p.15)

Na Europa, em 1500, era vivido, de acordo com Priore (2011), o desabrochar do Renascimento, onde na arte, o homem estava representado no centro do mundo, descobrindo-se o corpo nu, explorando suas formas, dando sentido a novas palavras (erótico, por exemplo, como tudo que provém do amor; nu, nudez), enfim, noções modernas que foram trazidas para a Terra de Santa Cruz. As indígenas, durante a colonização, causaram bastante impacto: estavam nuas. Mas sua nudez, a princípio não foi associada ao mal, pelo contrário, elas foram tidas como ingênuas, a sensualidade não se fazia presente em seus corpos. A ausência de sensualidade, tal qual a mulher da América passou a ser reproduzida em gravuras, denotava mais o caráter singelo, pobre, despojado, diferente das mulheres de outras partes do mundo que posavam em tecidos finos, entre outros apetrechos.

De acordo com Priore (2011), a nudez dos índios passou a ser vista como contrária ao Cristianismo, demonstrando o quanto os “selvagens” necessitavam da Graça Divina. Passou-se a impor que eles se vestiriam, que eles se adequariam aos costumes europeus, que eles seriam batizados e “civilizados”, ressaltando que na Europa “civilizada” havia uma emergência de uma nova forma de pudor, então, tudo que remetia a sedução feminina (o cheiro, o corpo, o cabelo, a maquiagem etc) passou a ser perseguido. Outras práticas também começaram a ser reprimidas como, por exemplo, os banhos. Tudo que fosse necessário para tornar feio o corpo feminino, era feito. Afinal, a mulher era vista como veículo para a perdição da saúde e da alma dos homens, uma vez que, pecadora original, era a velha amiga da serpente do Diabo (remetendo a Eva e todas as suas filhas). A Igreja Católica foi a responsável por cobrir o corpo da mulher e afastá-la dele, atribuindo-lhe o papel apenas da maternidade, ressaltando que os seios, até então, não tinham um valor erótico, eram instrumentos de amamentação. A vagina era aquele mistério, de acordo com pregadores barrocos “porta do inferno e entrada do Diabo”, o caminho para a perdição. A mulher negra⁴³, em particular, independente de qualquer artifício utilizado para exaltar sua beleza, foi o principal alvo do desejo masculino:

43 Ressaltando que, mesmo sendo objeto de prazer sexual, a mulher de origem africana não tinha mais nenhum valor. “Afinal, a misoginia racista da sociedade colonial classificava as mulheres não brancas como fáceis, alvos naturais de investidas sexuais, com quem se podia ir direto ao assunto sem causar melindres. Gilberto Freyre chamou a atenção para o papel sexual desempenhado por essas mulheres, reproduzindo o ditado popular: ‘Branca para casar, mulata para foder e negra para trabalhar’.”(PRIORE, 2011, p.46)

Não faltaram marcas do apetite masculino em relação à morena ou mulata na literatura dos séculos XVIII e XIX. O riso de pérolas e corais, os olhos de jabuticaba, as negras franjas e a cor do buriti são os signos sedutores dessa fêmea que convida ao paladar, à deglutição, ao tato. São elas as verdadeiras presas do desejo masculino, mulheres-caça, que o homem persegue e devora sexualmente. Morenice e robustez eram, então, padrões de erotismo velado e de beleza. (PRIORE, 2011, p.30)

Além do controle do corpo feminino, existia a noção de que sua única função era a procriação, sem prazer, sem gostar, sem querer, sua função determinada e determinante. De acordo com Priore (2011), herdeiros de uma tradição medieval, os médicos portugueses desconheciam ou ignoravam as descobertas médicas do resto da Europa acerca da fisiologia feminina, sublinhando sempre a mesma questão: a exclusão do prazer feminino. Sendo assim, por muito tempo as necessidades das mulheres foram ignoradas e suas vontades invisibilizadas.

Uma das características do útero era a sua capacidade de amar apaixonadamente alguma coisa e de aproximar-se do membro masculino por um movimento precipitado, para dele extrair o seu prazer. Porém, o aspecto mais tocante de sua personalidade, segundo um médico, seria o “desejo inacreditável de conceber e procriar”. Enfim, era como se as mulheres portassem algo de vivo e incontrolável dentro delas! (PRIORE, 2011, p.34)

Já em *Histórias e Conversas de Mulher (2013)*, da mesma autora, ela afirma que a mulher contemporânea é feita de “rupturas e permanências”, apontando mais uma vez para a forma em que a modernidade foi entrando na sociedade brasileira a partir da colonização, tendo como marco a vinda da família real e a maior influência europeia que isso possibilitou. A religião, mais uma vez mencionada enquanto forte instrumento de manipulação, prega a ideia da mulher submissa, a disposição do marido e da vida doméstica, pois

“Onde há galo, não canta galinha”- o ditado popular não deixava dúvidas. Em uma sociedade machista, cabia à mulher e aos filhos obedecer às ordens do chefe da família. Manter-se em casa, evitar os perigos e as oportunidades que podiam surgir na rua eram normas que deveriam ser cumpridas: “o homem na praça e a mulher em casa”. A mulher devia ao marido “fidelidade, paciência e obediência”. Os maridos deviam às mulheres e aos filhos assistência, alimento e respeito. (PRIORE, 2013, p.26)

Mais uma vez, a autora cita a regulação do corpo feminino, onde inclusive durante a prática sexual com o marido, a mulher não deveria mostrar qualquer tipo de experiência ou domínio, nem permitir nada que fosse considerado impuro (desde posições variadas a outros estímulos). A dicotomia santa X puta pautava as rela-

ções, e ser considerada a puta da relação é o suficiente para exclusão social⁴⁴. A santa era a mulher certa para casar e o casamento⁴⁵ por sua vez era algo sagrado e precisava ser reconhecido perante a igreja. Entretanto, a burocracia e o custo alto eram sérios obstáculos, mas uma vez casada, a mulher era praticamente uma incapaz, seu marido passaria a aprovar suas decisões e administrar seus bens. No que se refere ao corpo, a mulher deveria ser virgem, caso o marido constatasse o contrário, era uma desonra, motivo para a anulação do casamento conforme Código Penal de 1890. O sexo era um direito conjugal. Entretanto, a partir de 1980, o casamento entra em declínio e a formalização das separações aumentam, assim como as uniões informais. De acordo com Priore (2013), aumentam as famílias chefiadas por mulheres, especialmente no Nordeste do Brasil, onde o fluxo migratório de homens a procura de melhores condições de vida é grande. A autora ressalta que existia uma grande expectativa acerca do casamento, assim como um grande medo do fracasso.

A expressão máxima do preconceito contra a mulher é e sempre foi o que hoje é chamado de feminicídio (o crime passional, em defesa da honra do homem), ou o homicídio de uma mulher devido fato de ser mulher, uma questão de gênero. O termo “feminicídio” é outra conquista recente do movimento feminista no Brasil, sendo reconhecido através da Lei 13.104/2015, transformando em hediondo os assassinatos por motivo de gênero. De acordo com o Mapa da Violência de 2015:

A violência contra a mulher não é um fato novo. Pelo contrário, é tão antigo quanto a humanidade. O que é novo, e muito recente, é a preocupação com a superação dessa violência como condição necessária para a construção de nossa humanidade. E mais novo ainda é a judicialização do problema, entendendo a judicialização como a criminalização da violência contra as mulheres, não só pela letra das normas ou leis, mas também, e fundamentalmente, pela consolidação de estruturas específicas, mediante as quais o aparelho policial e/ou jurídico pode ser mobilizado para proteger as vítimas e/ou punir os agressores. (WAISELFSZ, 2015, p.7)

De acordo com o material, um dos maiores obstáculos para o levantamento estatístico dos feminicídios é a falta de informações coletadas, ressaltando o despreparo das instituições que são responsáveis por investigar, examinar, registrar, re-

44 Também eram malvistas as divorciadas/separadas.

45 Na época, os escravos também foram sujeitos à imposições da igreja em relação a reconhecer a união.

passar, etc, as características dos crimes e demais dados. Informações inclusive básicas como o sexo da vítima, para levantar a possibilidade de um crime de gênero e ir separando das demais categorias, onde seria possível tomar as providências cabíveis. Problemas que já foram citados anteriormente neste trabalho acerca da falta de preparo da equipe que trabalha na linha de frente das políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. Mesmo com a importância de nomear o problema, sendo este um grande passo, em 2015, estatísticas sobre feminicídio eram quase inexistentes, de acordo com o Mapa da Violência do ano mas que:

Perante a inexistência atual de dados ou fontes específicas, foi também necessário desenvolver uma metodologia para estimar os quantitativos de feminicídios no País, segundo as definições da nova Lei 13.104/2015, que tipifica como crime hediondo o assassinato de mulheres no âmbito doméstico e familiar, por condição de sexo feminino. Utilizando os dados do Sinan (que registra compulsoriamente casos de agressão contra mulheres de quaisquer idades, atendidas pelo SUS), foi estabelecida a proporção de mulheres agredidas por um familiar direto e projetada essa proporção sobre o total de homicídios femininos acontecidos em 2013. Por esse procedimento, teríamos que, do total de 4.762 vítimas femininas registrado em 2013 pelo SIM, 2.394, isso é, 50,3% do total de homicídios de mulheres, nesse ano, foram perpetrados por um familiar direto da vítima (7 por dia). (WASELFSZ, 2015, p.73)

A partir desses dados, foi traçado um perfil das mulheres vítimas de homicídio: meninas e mulheres negras, onde em 2003 elas equivaliam a 22,9% dos feminicídios e em 2013 essa estatística saltou para 66,7% de feminicídios, ou seja, 4,5 para 5,4 a cada 100 mil mulheres, num aumento de 19,5%. Ao passo que nesse mesmo período analisado, a taxa de mulheres brancas cai de 3,6 para 3,2 em 100 mil mulheres, uma queda de 11,9%.

Especificamente para o estado de Alagoas, existe um trabalho intitulado *As Marias que não calam: Perfil das mulheres vítimas de violência após a implementação da Lei Maria da Penha em Maceió-AL*, de Andréa Pacheco de Mesquita (2010), que além de traçar o perfil dessas mulheres, afirma que a Lei Maria da Penha rompe com a ideia de mulher enquanto patrimônio/propriedade do homem, definindo que violência não é só aquela que deixa a marca no corpo. A ameaça é vista como a porta de entrada para outros tipos de violência e é bastante comum e aceita. Mesquita (2010) cita que “A violência não se resume ao uso da força, mas também a qualquer ameaça de usá-la” (2010, p.3), numa perspectiva já citada anteriormente: o

caráter intimidador, impositor e agressivo inerente ao homem. Para a realização do trabalho, foram analisados B.Os referentes a violência contra a mulher: em 45% (1033) foram ameaças, 40% (962) lesão corporal, 5% (114) difamação, 2% (54) injúria, 1% (20) calúnia e 7% outros, seja lá o que isso quer dizer. Desse total se foi constatado que: 28% (663) foram chutes/socos, 26% (89) canivete/faca, 2% (51) pedra/pau, 1% (19) arma de fogo, 56% (616) outros.

Um outro ponto levantado por Mesquita (2010) é a ocorrência maior de crimes durante os finais de semana, alertando para a questão de as três únicas Delegacias da Mulher do Estado serem fechadas no fim de semana, dificultando no acesso à denúncia, além de que as Delegacias comuns, na ausência das especializadas, tem a obrigação de aceitar as demandas e não estão capacitadas para realizar os atendimentos, além de não terem ambientes acolhedores e possuírem uma frágil rede de apoio. De acordo com o levantamento, 21% (503) dos casos ocorreram no domingo, 15% (357) no sábado, 14% (338) na segunda, 13% (316) na quinta, 13% (299) na sexta, 12% (285) na quarta e 12% (277) na terça. No que se refere ao local onde ocorre o crime, ficou constatado que: 70% (1657) são na casa da vítima, 9% (223) em via pública, 5% (107) na casa de familiar, 2% (57) no trabalho e 14% não informaram o local. Através desses dados, a autora rompe, assim como diversas outras autoras e autores, com a ideia de casa/lar/ambiente doméstico como lugar seguro e acolhedor.

Especificando ainda mais esses dados: 30% (708) são donas de casa, 8% (191) são domésticas, 8% (193) são estudantes, 5% (127) são autônomas, 3% (80) são comerciantes, 3% (66) são cabeleireiras/manicure, 3% (82) são vendedoras, 3% (66) são professoras, 2% (37) são servidoras públicas, 2% (35) são aposentadas 3% (79) são desempregadas 22% (529) outras e 8% (195) não responderam. No que se refere a idade: 53% (1256) entre 26 a 40 anos, 30% (711) de 15 a 25 anos, 14% (343) de 41 a 55 anos, 2% (57) com mais de 56 e 1% (21) não responderam. Em relação ao estado civil: 38% (911) são solteiras, 21% (511) são casadas, 26% (609) em união estável, 7% (170) são separadas, 2% (51) são viúvas e 6% (136) não responderam. Dessas mulheres, 47% vivem com o companheiro e ele é o agressor.

Fica claro que um dos principais obstáculos na efetivação das leis que coíbem e punem a violência contra a mulher situa-se na sua rede⁴⁶ de apoio no estado de Alagoas. Sendo assim, vale ressaltar aqui o levantamento feito em 2010 pela já citada Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (CPMI-VCM)⁴⁷ que, para fazer o relatório final, utilizou B.Os, inquéritos policiais, denúncias, processos abertos, decisões judiciais, medidas protetivas urgentes, número de mulheres atendidas na Defensoria Pública, número de mulheres que fizeram corpo delito (em duas partes: associando os 3 principais tipos de violência e a violência sexual em uma análise separada), número de crimes identificados como sendo de gênero e número de processos analisados pelo Ministério Público Estadual. Uma coisa ficou clara: a mulher ocupa pouquíssimas posições de poder tanto no executivo⁴⁸, quanto no Judiciário⁴⁹. Ainda, cinco dos municípios alagoanas estão no ranking dos 100+ na questão da violência contra a mulher: Arapiraca ocupando o 5º lugar, com 21,4% dos homicídios femininos em 100 mil mulheres, Maceió ocupando o 34º lugar, com 11,9%, Palmeira dos Índios no 55º lugar, com 10,9%, São Miguel dos Campos no 57º lugar com 10,7% e Penedo no 76º lugar com 9,7%. Além disso, é citado o (des)serviço da polícia

Não constam informações sobre inquéritos ou o número de medidas protetivas solicitadas pela autoridade policial, o que não nos permite inferir a atuação da segurança pública, bem como a falta dos registros de ocorrências das demais delegacias, o que permitiria fazermos um comparativo da real atuação das DEDDM (s). (BRASIL, 2013, p.159)

⁴⁶ 9 organismos de gestão política, 8 municipais e 1 estadual; 6 secretarias municipais; 2 coordenadorias; 6 conselhos municipais, somado ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher; ONG's: Pró-Mulher, Amaal, Mulheres sem medo do poder, Marcha Mundial das Mulheres do Estado de Alagoas; 1 presídio feminino: Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia do Norte; nenhum núcleo especializado pela responsabilização e educação do (a) autor (a) da violência; 1 centro de referência de apoio à mulher: Centro de Atendimento e Referência às mulheres vítimas de violência doméstica Dra. Terezinha Ramires, em Maceió; 3 Delegacias de Defesa dos Direitos das Mulheres, duas em Maceió e uma em Arapiraca; 1 único juizado que trata da violência doméstica e familiar, em Maceió; 1 Promotoria do MP/AL, NUDEMP/AL (Núcleo de Defesa da Mulher do Ministério Público de Alagoas; 1 núcleo especializado da Defensoria Pública, NUDEM/AL; 2 IML, um em Maceió e outro em Arapiraca; 1 casa abrigo em Maceió e o serviço de apoio à mulher em caso de violência sexual: Maternidade Escola Santa Mônica (Maceió), HGE (Maceió) e Unidade de Emergência do Agreste (Arapiraca). Dados disponíveis no relatório final da CPMIVCM.

⁴⁷ <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/relatorio-final-da-comissao-parlamentar-mista-de-inquerito-sobre-a-violencia-contras-as-mulheres>

⁴⁸ Onde existem 20 secretarias, sendo apenas 3 delas chefiadas por mulheres: Secretaria da Assistência Social e do Desenvolvimento Social, Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos e Secretaria do Turismo.

⁴⁹ Onde existem 15 desembargadores e apenas uma desembargadora.

É citado no material que em 2009 foi apresentado o Projeto Integral Básico (PIB) de Alagoas que previa a ampliação e a estruturação da rede de atendimento à mulher em situação de violência. Seriam 5 centros de referência em municípios pólo, 2 casas abrigo (Maceió e Arapiraca), 3 núcleos de atendimento a mulher em delegacias comuns (Maragogi, São Miguel dos Campos e Delmiro Gouveia), capacitação dos profissionais da justiça, segurança pública, assistência social, educação e saúde, estruturação do conselho estadual dos direitos da mulher de Alagoas, etc. Entretanto:

Nenhum dos equipamentos constantes do PIB foram concretizados, ficando a execução do pacto bastante aquém do pretendido no cronograma apresentado. Como destacou a Superintendente da Mulher, vários convênios foram aprovados, mas os recursos não haviam, a época, sido repassados. (BRASIL, 2013, p.179)

Segundo a obra de Célia Nonata da Silva, Eduardo Apolo Duarte Lucena e Denisson da Silva Santos, intitulado *Entre Lobos: Femicídio e Violência de gênero em Alagoas (2015)*, considera-se o feminicídio enquanto um fenômeno social que é reproduzido a partir de condutas morais aceitáveis. O termo “femicídio”, segundo a obra, surgiu em 1976 caracterizando um crime decorrente da violência de gênero, sendo apenas uma faceta da violência cotidiana e do culto à honra viril típico de sociedades tradicionais rurais. Entende-se que: “O impacto da condição moderna, trazendo mudanças no mundo do trabalho e nas relações sociais, só aumentou a violência interpessoal em Alagoas na tentativa de sobrevida de uma conduta antiga.” (2015, p. 21)

De acordo com o material, a partir da década de 70, a temática foi favorecida pelo pensamento marxista, pela ideia do materialismo histórico e dialético e o que veio com essa onda (relação pobreza/crime, dominante/dominado, tese da privação relativa e absoluta). A partir da década de 90, a Escola dos Annales deu sua contribuição para as discussões, sendo destacadas duas abordagens: a quantitativa, baseada em índices/estatísticas e a qualitativa, baseada numa conduta moral de caráter histórico. Foi defendido que em Alagoas existem hábitos que marcam essa realidade: a agressividade e a passionalidade. Constata-se que:

Assim, antes de constatar a dependência financeira da mulher com relação ao seu cônjuge, é preciso perceber a existência de uma dependência emocional da mulher. Um universo mental qual ela está inserida, determinando os

níveis conscientes e inconscientes do desejo. Isto faz com que ela tenha comportamentos de cumplicidade frente a violência que sofre, bem como o fato de ser ela mesma a reprodutora deste costume e da tradição familiar. (SILVA; LUCENA; SANTOS, 2015, p. 35)

Para ilustrar essa dependência emocional da mulher, é levantada a questão do amor romântico, o desejo, o que a mulher deseja no relacionamento e as expectativas que existem. Mas até que ponto esse desejo é consciente? A mesma pergunta pode ser feita também na questão da violência de gênero: até que ponto se tem a consciência dos valores que estão sendo perpetuados e legitimados, possibilitando a reprodução da violência de gênero? Não só a violência do homem contra a mulher mas dela com outras mulheres ou até com ela mesma no momento em que ela anula as próprias vontades/desejos/necessidades em prol de uma vida a dois. É importante ressaltar que a violência só passou a ser objeto de estudo a partir do século XIX, onde várias abordagens surgiram com a finalidade de traçar um perfil e tentar identificar alguma determinação para pessoas autoras de violência. Foi citado Césare Lombroso (1876) numa perspectiva de que a violência tem determinação biológica, pressupondo que existem traços fisiológicos que identificam criminosos. Sendo assim:

Invariavelmente, as análises sobre as atividades criminais iriam incidir drasticamente sobre os alcoólatras, os mendigos e pobres. Essa relação entre os hábitos de bebedeira, o aumento de crimes e desordens e a oferta do mercado de trabalho favoreceu as análises e estatísticas de pesquisadores do século XIX, como Morrison (1891), tornando significativa a relação crime-prosperidade '*versus*' uma economia da miséria. (SILVA; LUCENA; SANTOS, 2015 p.47).

Ainda, é citado Phillips (1995) e Emsley(1995) que afirmaram que não existe diferença entre uma classe criminal e um operário honesto uma vez que, ambos marginalizados, estão sempre na mira de desconfianças pautadas no preconceito. Enfim, a partir da década de 70, as ciências humanas passaram a observar a violência enquanto problema social, fazendo um paralelo entre a tensa relação do oprimido e do opressor, sendo a frustração social o combustível necessário para uma postura violenta.

Analisando esse comportamento a tese de Huntington (1984) aprimorou o alcance da Teoria da Privação Relativa de Merton a um processo mais macro social, donde a frustração social passa a ser um fator proveniente da maximização das expectativas crescentes frente a modernidade, retardadas pelo atraso social e econômico. Tal insatisfação seria a causa do aumento da violência coletiva e dos movimentos de massa nas sociedades contemporâneas, bem como o crime organizado. (SILVA; LUCENA; SANTOS, 2015, p. 53)

Como já citado anteriormente, existe uma tendência a passionalidade no que se refere a violência de gênero/doméstica, aspecto este constatado por pela banalização da violência propagada pela mídia. Segundo Jock Young (2002), existe uma tendência relacional entre a “mass mídia” e o capitalismo excludente, numa perspectiva de que esse sistema econômico produz os excluídos, bem como a construção da imagem dos mesmos durante esse processo de exclusão, onde eles são constantemente estigmatizados (tráfico, alcoolismo, crime organizado, má educação, insalubridade, etc.). A partir do aumento da criminalidade e desse imaginário social associando a pobreza ao crime, surgiu a necessidade da intervenção por parte do Estado no controle e ordenamento social com o uso do policiamento ostensivo, onde se tem o “criminoso controlado”. Dentro desse contexto, se desenvolve uma nova onda de conservadorismo, onde se culpa o indivíduo pelas mazelas da sua realidade, preferindo os dados quantitativos aos qualitativos, em contraposição a Tese da Ecologia, proposta por Heise (1998) que busca relacionar o macro social ao próprio indivíduo, tentando encontrar motivações para o ato violento. Mas, mesmo assim, fica clara a tendência em demonizar os locais que possuem a maior incidência de crimes e a necessidade do uso da força policial para coibir, ainda, contando com a ajuda da mídia para fortalecer e legitimar essa estigmatização até os dias atuais.

De acordo com a obra, segundo Wolfgang (1971) e Ferracuti (1971), trate-se de uma construção, da formação de uma cultura violenta da qual derivam várias subculturas que vivem e compartilham experiências, numa perspectiva de fugir do prisma da pobreza enquanto condicionante. Assim, alguns autores entendem a violência através de valores que são preservados pela sociedade e pelo indivíduo desviante, trazendo mais uma vez a cultura da honra enquanto exemplo que pode ser

observado ainda na contemporaneidade. Junto a essa honra, estão vários outros fatores que também já foram citados: a virilidade masculina e sua legitimação na perpetuação do domínio masculino, o poder de mando do homem, a anulação feminina em prol do marido/pai/irmão/homem.

A submissão feminina às vontades masculinas está no cerne da formação da mulher cristã nas sociedades patriarcais de tradição ibérica. A domesticidade feminina pode ser entendida como a reprodução do ethos de Penélope, conduzida pelos valores morais da família religiosa e do amor virtuoso. O amor romântico passou a ocupar o espaço da família tradicional, guardado pelos valores da mulher virtuosa e domesticado na sua sensualidade. (SILVA; LUCENA; SANTOS, 2015, p.86)

Para entender a necessidade da efetivação das políticas públicas de enfrentamento a violência contra a mulher, é importante discutir acerca de como se fazem as distinções baseados no sexo biológico, onde conseqüentemente se fundam as desigualdades de gênero. De acordo com Joan Scott (1989) em *Gênero- Uma Categoria útil para análise histórica em sua versão traduzida*, gênero pode ser definido como:

Na gramática, gênero é compreendido como um meio de classificar fenômenos, um sistema de distinções socialmente acordado mais do que uma descrição objetiva de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que permite distinções ou agrupamentos separados. (SCOTT, 1989, p. 3)

A partir daí, entende-se gênero como as distinções baseadas no sexo, mais do que traços físicos, aspectos relacionais e que denotam a diferença e conseqüentemente separem, de fato, os sexos. De acordo com seu uso mais recente, o termo “gênero” também se refere ao simbolismo sexual, a categorização do sexo, aos papéis designados para cada um, a criação de estereótipos. Ainda, de acordo com Scott (1989), a historiadora norte-americana Nathalie Davis defendeu em 1975 que a história das mulheres deve ser estudada como a dos homens, não focando apenas na história do oprimido mas de todo o sistema que o sustenta enquanto tal, onde um existe em detrimento do outro.

O trabalho de Scott (1989) cita que foram várias abordagens feministas acerca do gênero, podendo-se resumir as posições teóricas em três grupos. Primeira-

mente, são citadas as teóricas do patriarcado, onde de acordo com Mary O'Brien (1981) a dominação masculina em detrimento das mulheres se dá numa necessidade de transcender a privação dos meios do homem reproduzir a espécie, onde é colocado pela autora que *O princípio da continuidade de geração restitui a primazia da paternidade e obscurece o labor real e a realidade social do trabalho das mulheres no parto*. Já de acordo com a abordagem marxista, Catherine Mackinnon (1982) associa a sexualidade ao trabalho, ressaltando que é o que mais nos pertence e mais nos é alienado, explicando sua posição através da experiência comum de reificação, afirmando que as relações desiguais se dão justamente na diferenciação de sexo. Por fim, Scott (1989) cita a abordagem voltada para a análise da sexualidade, podendo ser observadas num volume de ensaios publicados em 1983 com nome *Powers of Desire*. A influência dessa abordagem segue a linha de pesquisa do filósofo francês Michel Foucault (1980), onde se defende que a sexualidade é produzida em contextos históricos. As teóricas voltadas para o estudo da sexualidade defendem que é necessário estudar a “estruturação psíquica” da identidade de gênero, ressaltando a escola Anglo-Americana que trabalha as teorias da relação de objeto ou Object Relations-theory e a escola francesa que tem como base os escritos estruturalistas e pós-estruturalistas de Freud, onde pode ser observado que

As duas escolas se interessam pelos processos através dos quais foi criada a identidade do sujeito; as duas centram o seu interesse nas primeiras etapas do desenvolvimento da criança com o objetivo de encontrar indicações sobre a formação da identidade de gênero. As teóricas das relações de objeto colocam a ênfase sobre a influência da experiência concreta (a criança vê, ouve, têm relações com as pessoas que cuidam dela e, particularmente, naturalmente, com os seus pais), ao passo que os pós-estruturalistas sublinham o papel central da linguagem na comunicação, interpretação e representação de gênero (para os pós-estruturalistas [...] linguagem não designa unicamente as palavras, mas os sistemas de significação, as ordens simbólicas que antecedem o domínio da palavra propriamente dita, da leitura e da escrita). (SCOTT, 1989, p.14)

De acordo com Scott (1989), no início dos estudos sobre a história das mulheres, um dos maiores obstáculos era o fato de que, apesar de homens e mulheres fazerem parte da mesma realidade, agindo de alguma forma nas várias transformações sociais, se relacionando conforme os valores da época, mesmo assim, historiadores não feministas faziam questão de separar a história da mulher da história do homem, colocando-a muitas vezes em uma produção voltada para a vida doméstica/privada, separada da vida pública e política. Sendo assim, em *Joan Scott e o papel*

da história na construção das relações de gênero, artigo desenvolvido pela Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Tatiana Lima Siqueira (2008), é ressaltado que embora seja importante para o movimento feminista existir uma “história das mulheres”, essa segregação é também uma forma de marginalizar, além de mostrar a incapacidade de se ter uma historiografia completa, que una tanto a história do homem quanto a da mulher, reconhecendo-a como agente histórico, desestabilizando a ideia de homem/história universal.

Dessa forma, avaliando a importância da história das mulheres, não desprezando, mas também não supervalorizando este estudo, a historiadora, faz um balanço dos avanços que ela possibilitou, sem perder de vista seus limites, pois, seu “desafio subversivo” ficou aparentemente contido em uma esfera separada que ela mesma criou. Sente-se a necessidade de ir adiante, e urgência em discutir questões mais profundas, Scott chama atenção que somente seguindo pelo caminho que a “história das mulheres” havia aberto não seria suficiente. Portanto, é na busca em aprofundar discussões e analisar de modo mais rigoroso o processo de como se dá e porque se reproduz a invisibilidade da mulher no processo de produção do conhecimento histórico, que surge o conceito de “gênero como categoria útil de análise”. (SIQUEIRA, 2008, p.113)

A partir de agora, será tratada a obra de Sandra Azerêdo (2011), o livro conhecido como *Preconceito Contra a Mulher: diferença, poemas e corpos*. Inicialmente, a autora defende “*É preciso começar tentando esclarecer a escolha do título, que mistura corpos e poemas com diferença, e busca fazer uma genealogia da ‘mulher’, entre aspas. Mulher está entre aspas justamente para enfatizar que não existe uma essência de mulher que estaria na origem do preconceito contra ela*” (2011, p.11), ou seja, a criação de um estereótipo da mulher, de uma postura típica, um padrão, levando a outro ponto levantado: o pensamento misógino de uma sociedade capitalista falocêntrica. A partir daí, cria-se uma imagem binária da mulher, onde ela deve ser a santa ou a puta, estimulando inclusive a competitividade entre as mulheres, levando em consideração que

Ambas tomam como referência o homem-pai, provedor, viril, que não se satisfaz sexualmente apenas com sua esposa e não controla o próprio desejo sexual, não admitindo que ela faça o mesmo, inclusive porque a esposa ocupa o lugar de santa/virgem na dicotomia estabelecida com a puta, e muitas vezes tanto ele quanto ela consideram que sua relação sexual não admite determinados comportamentos que são comuns na relação com a prostituta.” (AZERÊDO, 2011, p.23)

Esse tipo de postura reproduz o machismo mesmo quando o homem não está presente, uma vez que coloca as mulheres umas contra as outras na procura da constituição de família, sempre em função do homem-provedor. É uma questão de ser digna para ser esposa/mãe e ao mesmo tempo lutar para ser a única na vida dele, que por sua vez, é sempre justificado em caso de adultério como vítima da sedução feminina. A incapacidade de enxergar essa dicotomia leva ao ponto de produção e reprodução dessa postura, ainda levantando outro binarismo, a mulher bonita e a feia, fortalecendo ainda mais a ideia de mulher padrão. Um exemplo disso, está no poema de Vinícius de Moraes, *Receita de Mulher*

Que é preciso que a mulher que ali está como a corola ante o pássaro
Seja bela ou tenha pelo menos um rosto que lembre um templo e
Seja leve como um resto de nuvem: mas que seja uma nuvem
Com olhos e nádegas. Nádegas é importantíssimo. Olhos, então
Nem se fala, que olhem com certa maldade inocente. Uma boca
Fresca (nunca úmida!) é também de extrema pertinência.
É preciso que as extremidades sejam magras; que uns ossos
Despontem, sobretudo a rótula no cruzar as pernas, e as pontas pélvicas
No enlaçar de uma cintura semovente.
Gravíssimo é porém o problema das saboneteiras: uma mulher sem saboneteiras
é como um rio sem pontes.

Fica claro a partir do trecho acima que existe um padrão para a mulher, desde os olhos até os pés, uma imagem que toda a mulher deve correr para alcançar, ser bela, delicada, com o olhar de “certa maldade inocente”. Claro que não são todos que pensam assim mas por se tratar de poeta de grande nome brasileiro e renome internacional, é importante pensar na influência que ele exerce diante de uma sociedade moldada com traços europeus, numa sociedade miscigenada, levantando a questão do racismo dentro dessas relações de gênero e o papel da mulher negra dentro da sociedade, tida como objeto de desejo, fera a ser domada.

A autora se refere a multiplicidade do que é ser mulher que vai de encontro ao sentido atribuído de acordo com essa lógica binária, propondo ressignificação. Refere-se também a multiplicidade no sentido de realidades diferentes, levando em consideração que muitas mulheres abdicam de sua vida profissional para se voltar aos cuidados do lar e manutenção da família, ressaltando também que muitas vezes o trabalho doméstico é desmerecido, sem se levar em consideração que é um trabalho contínuo, cuidar dos filhos, arrumar a casa, providenciar mantimentos, fazer as

alimentações da família, organizar os débitos, etc, sem contar com as adversidades que sempre acontecem, tais como cuidar dos filhos doentes ou da própria doença, reuniões familiares ou com amigos, etc. Enfim, como sempre, o serviço doméstico sendo uma atribuição predominantemente feminina, onde a mulher está sujeita a críticas, tanto do marido e familiares, quanto de pessoas próximas caso não alcance o desempenho desejado e esperado.

É citada a escritora britânica Virgínia Woolf e seu livro sobre mulheres e ficção escrito em 1928, onde a mesma dá relatos de uma época onde a mulher não tinha liberdade nem de ir a uma biblioteca por não ter autonomia para produzir algo ou simplesmente ampliar seu conhecimento.

Por que os homens bebem vinho e as mulheres água? Por que um sexo é tão próspero e o outro tão pobre? Qual o efeito da pobreza na ficção? Quais são as condições necessárias para a criação de trabalhos de arte?- mil perguntas aparecem ao mesmo tempo. Mas precisamos de respostas, não de perguntas; e uma resposta só poderia ser obtida através da consulta aos estudiosos e não preconceituosos, que se colocaram acima dos conflitos da língua e da confusão do corpo e publicaram os resultados de seu raciocínio e suas pesquisas nos livros que se acham no Museu Britânico.(Woolf, 1965, p.27 apud AZERÊDO, 2011, p. 32)

Existe uma necessidade de contestar essas perspectivas tradicionais para poder ultrapassar os limites de conceitos já definidos pela sociedade e pela estrutura social. A partir disso, abre-se a possibilidade de subverter o preconceito contra a mulher, partindo do pressuposto de criticar o binarismo, o senso comum e as relações de poder produzidas e reproduzidas por nós mesmos. Trata-se da ressignificação, a produção de novos conceitos, para que eles tenham sentido para o próprio sujeito, reconhecendo-o, dando espaço.

O preconceito é visto como um forte instrumento capaz de invisibilizar e marginalizar, ressaltando que perpassa a diferença sexual, trazendo consigo a questão da cor da pele e do poder aquisitivo muito em consideração, abrindo espaço para criticar mais uma vez a sociedade capitalista falocêntrica, onde o homem aparece como detentor do poder. É importante mencionar que essa posição “superior” se dá através da marginalização e ocultamento de outras realidades: a mulher/homem negra/o , sendo pobre ou rica/o, heterossexual ou homossexual, desde que fugindo ao padrão do homem de padrão ocidental, heterossexual e de classe média/alta. O preconceito impossibilita uma relação equiparada entre homens e mulheres, não só relações amorosas mas também familiares, de trabalho, de amizades.

[...] o preconceito, segundo o dicionário, é um conceito, conceito formado antecipadamente sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos, geralmente hostil, associado à intolerância contra grupos minoritários. Se o preconceito é um conceito, é importante entender como ele se forma e como se mantém.” (AZERÊDO, 2011, p.40)

De acordo com a autora, é importante lembrar que o início do movimento feminista foi através de mulheres da burguesia, cuja educação e a própria vida se diferenciava muito das não burguesas. Sendo assim, um movimento que visava, de certa forma, a emancipação da mulher, não foi capaz de enxergar na época que isso seria um obstáculo para fortalecer o movimento, uma vez que a literatura produzida tinha uma escrita que não era acessível e não fazia parte da realidade de muitas mulheres, silenciando-as. Criou-se o lema da mulher universal, sem levar em consideração a própria diversidade, onde essa “universalidade” estava sendo representada por uma mulher branca e da burguesia. Ao não dar voz a diversidade de mulheres que existiam e existem, foram se tornando cada vez mais banais várias questões que também estavam sendo levantadas na época e que faziam parte da mesma realidade: a imagem do homem branco, detentor do poder, o capitalista. Não era o homem negro, não era o homem pobre, muito menos a mulher.

Na década de 1980, o movimento das mulheres contou com a contribuição das “mulheres não brancas” (*women of colour*), que criticavam o racismo, a homofobia e a tendência colonialista nas produções intelectuais das mulheres do Primeiro Mundo, que por consequência serviu de influência para desenvolver o movimento feminista, sendo ainda hoje um grande obstáculo. A proposta era que as produções literárias tivessem uma nova linguagem que quebrasse com a educação padrão e as instituições de ensino da época, além de buscar compreender e questionar como eram as relações de poder de tais instituições. Era necessário apontar para a mestiçagem possibilitada pela colonização, assim como a supremacia do homem no processo civilizatório.

3. A DESIGUALDADE DE GÊNERO COMO OBSTÁCULO

Para falar em desigualdade de gênero, é importante ter em mente que a perpetuação da lógica patriarcal e machista não existe por si só, desconectada da realidade das pessoas, uma coisa que sempre esteve ali. Ela precisou ser legitimada, ser aceita como natural: a diferença ser baseada pelo sexo biológico e as questões religiosas que ditam as características de cada um, assim como designam seus papéis, sendo um dos mais importantes a procriação para dar continuidade a vida humana. São papéis que são internalizados, por mais que se discorde, não se faz nada a respeito a não ser reproduzir.

De acordo com Deivison Faustino Nkosi (2013), no capítulo *O Pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo* do livro *Feminismos e Masculinidades coordenado* por Eva Alterman Blay (2013), é necessário questionar em que ponto essa desigualdade de gênero pode ser desestabilizada, em que ponto da vida, tanto do homem quanto da mulher, essa lógica patriarcal e machista pode ser subvertida. Claro que na fase adulta da vida de qualquer pessoa pode-se começar a questionar, mas, de acordo com o autor é na infância que esses valores começam a ser fixados e os papéis distribuídos. Trata-se também de um tema muito importante, a construção do que é ser homem nessa lógica, o momento de transição do menino para o homem viril.

É recorrente nas memórias e autobiografias masculinas a existência de um tom nostálgico em relação ao período da infância, espécie de reino encantado que se deixou para trás. O processo social e cultural de construção das masculinidades, das subjetividades masculinas, parece implicar uma ruptura muito mais traumática, um distanciamento muito mais marcante entre a vida infantil e a vida adulta do que ocorreria com a construção social e cultural das feminilidades, das subjetividades femininas. O processo que leva alguém a tornar-se homem, a deixar de ser criança e tornar-se homem, a deixar de ser criança e tornar-se um adulto viril e masculino parece implicar na ocorrência de perdas afetivas, emocionais, parece levar a um afastamento, a um distanciamento mais doloroso e radical em relação ao universo infantil, o que leva a esse permanente lamento do tempo perdido e a esse gesto constante de mediação das distâncias que separam o menino do homem feito, que agora busca se inscrever através do texto. Ora, talvez isso ocorra, e esta é a hipótese que defenderei nesse texto, porque, como diz o antropólogo espanhol Pedro Cantero, de certo modo todos nascemos 'mulher' e como tal vivemos a chamada primeira infância. (BLAY, 2013, p.106)

A partir desse ponto de vista, se leva em consideração que as primeiras formas de socialização de uma criança se dá com uma mulher, geralmente a mãe. É importante também ressaltar que é nesse momento que os meninos podem demonstrar a sua fragilidade (geralmente), seus sentimentos, momento esse que tende a se perder com a ruptura da adolescência e a conseqüente vida adulta. Mas é sempre bom levar em consideração que em famílias em situação de pobreza, esse processo é geralmente mais rápido, tanto para meninos quanto para meninas, onde não se tem o tempo suficiente para ser criança, amadurecer. Entretanto, para o autor, a infância traz para o menino uma possibilidade de expressar atributos tidos como femininos, onde de acordo com Nikosi (2013)

O tornar-se homem é um processo de endurecimento, de esfriamento das emoções, da construção de um ser dotado de uma carapaça emocional capaz de defendê-lo dos derramamentos emocionais, um ser contido em si mesmo, fechado sobre si mesmo, evitando qualquer forma de abertura para o outro que seria simbolicamente associado ao feminino (BLAY, 2013, p.109)

Esse endurecimento parece expressar um alto grau de insegurança, um medo de contágio com o universo feminino pautado numa mentalidade homofóbica. Sendo assim e levando em consideração a mãe/avó/tia como a primeira pessoa a construir vínculos com a criança, cabe a ela ir desconstruindo esses padrões e desestabilizando essa lógica, possibilitando o homem a ser mais aberto nas relações e podendo expressar seus sentimentos sem medo de possíveis julgamentos. Essa problemática levantada, especialmente pelos estudiosos de gênero, foi ganhando cada vez mais espaço no meio científico, tendendo sempre para essa questão de socialização e da apreensão de símbolos e valores disponíveis naquela realidade. O autor cita a cientista social australiana Raewyn Connel (1995) e sua ênfase em usar o termo *masculinidades* para enfatizar a multiplicidade das expressões e experiências do que é ser homem, além de tratar do conceito de hegemonia, partindo do pressuposto que a construção do gênero tem caráter sócio-histórico, legitimando a relação de poder onde a mulher é subordinada ao homem.

A violência contra a mulher tida como uma prática masculina e sistemática, de acordo com Nikosi (2013), tem fundamento justamente nesse aspecto levantado, a construção da masculinidade. Mas é também ressaltado que por esse mesmo motivo, o homem está mais suscetível do que a mulher no que se refere a violência urbana, incluindo a morte violenta, como pode ser visto no trecho a seguir,

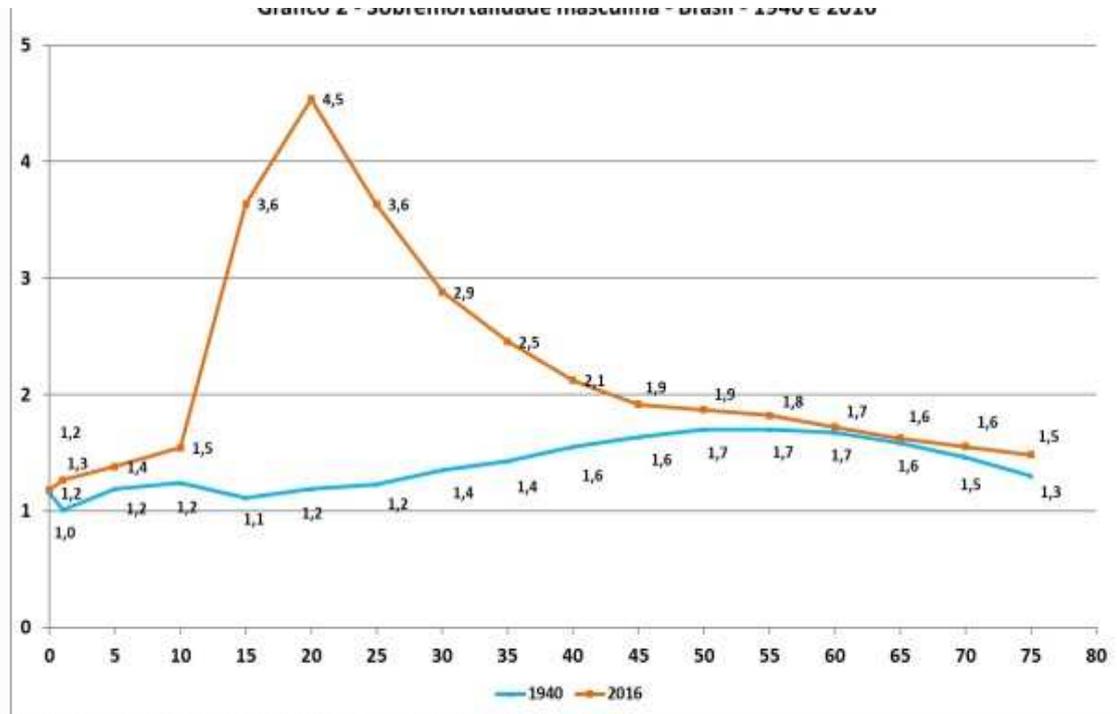
A vivência destas práticas masculinas baseadas na violência traz consequências que podem ser observadas em diferentes dados estatísticos, por exemplo, os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) apresentam que em 2009 morreram 37.594 pessoas vítimas de acidente de trânsito no Brasil, destas, 30.631 eram homens (81,4%). Quanto à população carcerária em 2010, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), consta que no Brasil existem 494.237 presos, destes 457.663 são homens (92,6%). Segundo o Mapa da Violência de 2010, foram assassinadas no Brasil 49.932 pessoas, destas, 45.617 eram homens (91,4%). Além disso, segundo a pesquisa Tábuas de Mortalidade, de 2010, realizada pelo IBGE, os riscos de um jovem morrer aos 22 anos eram 4,5 vezes maiores do que uma mulher da mesma idade. (BLAY, 2013, p. 125)

De acordo com a análise das Tábuas Completas de Mortalidade do ano de 2016, acessada através do endereço online do IBGE⁵⁰, foi possível observar que estatisticamente o homem é realmente mais suscetível do que a mulher a mortes prematuras e não naturais, onde a sobremortalidade masculina, isto é, a mortalidade masculina se sobrepondo a mortalidade feminina, concentra-se no grupo chamado de adultos jovens, de 15 a 19 anos (3,6), de 20 a 24 (4,5) e de 25 a 29 (3,6). Isso significa dizer que, de acordo com a faixa etária onde o homem é mais suscetível, de 20 a 24 anos, ele tem 4,5 vezes mais chance de morrer antes de completar os 25 anos do que uma mulher da mesma faixa de idade.

Ainda, é ressaltado no material que isso é uma característica de regiões que passaram por um rápido processo de urbanização, que foi o caso do Brasil. Em 1940, 68,8% da população brasileira vivia em áreas rurais, podendo ser caracterizadas como regiões de condições sanitárias precárias e com alto índice de mortalidade, tanto para homens quanto para mulheres. Em 1960, 55,3% da população ainda vivia em áreas rurais. Baixando para 44,1% em 1970. Em 2010, apenas 15,6% se encontravam nessas áreas. A partir de 1980, os índices de mortes relacionadas à causas externas- assassinato, suicídio, acidente de trânsito, afogamento, etc- passaram a ganhar um local de destaque no que se refere a população masculina, como pode ser visto no gráfico abaixo, uma comparação entre o ano de 1980 e 2016:

50 ftp://ftp.ibge.gov.br/Tabuas_Completas_de_Mortalidade/Tabuas_Completas_de_Mortalidade_2016/tabua_de_mortalidade_2016_analise.pdf

IMAGEM 11- SOBREMORTALIDADE MASCULINA (1980-2016)



Fonte: Tábua Construída para 1940 e Tábua completa de mortalidade 2016.

Partindo do pressuposto que é na infância onde esses valores são assimilados, de acordo com Flávio Urra (2013), no capítulo *Masculinidades: A construção social da Masculinidade e o exercício da violência* do livro organizado por Eva Alterman Blay (2013) já citado neste trabalho, deve-se entender a construção de conceitos através de uma perspectiva sócio-histórica e de como esses conceitos se cristalizam na sociedade. A partir daí, o autor trata o termo “masculinidade” através do enfoque crítico que visa contestar essas normatizações, ressaltando que tal termo vem sendo objeto de estudo dentro e fora do movimento feminista, assim como por cientistas das áreas humanas e sociais, dentro da perspectiva já citada, a construção sócio-histórico. De acordo com o autor:

Segundo pesquisas com homens autores de violência (Acosta, 2003; Arilha et al., 1998; Baker et al., 2009; Nascimento, 2001; Segundo et al., 2010), a maioria dos casos de violência provocada por homens contra mulheres não tem origem numa causa específica. Um modelo violento de masculinidade, decorrente da construção social e histórica das relações estabelecidas entre homens e mulheres (relações de gênero), demonstra ser um dos fatores

mais importantes na determinação da violência contra a mulher. [...] Encontramos homens autores de violência contra mulheres em qualquer classe social, em diferentes povos e culturas e, entre os diversos fatores que ocasionam esses crimes, está o contexto sociocultural estabelecido na desigualdade de poder e de direitos entre homens e mulheres. Um contexto cultural violento pressiona os homens a exercerem a masculinidade de forma competitiva e violenta, de modo a obter lucro, poder e sucesso a qualquer custo. (BLAY, 2013, p.125)

Dentro dessa perspectiva de trabalhos realizados com homens autores de violência, é importante mencionar que a Lei Maria da Penha prevê em seu art.35º nº V Centros de educação e de reabilitação para os agressores. Determinação bastante importante para se aproximar da realidade do homem, para compreender os fatores que desencadearam o ato violento.

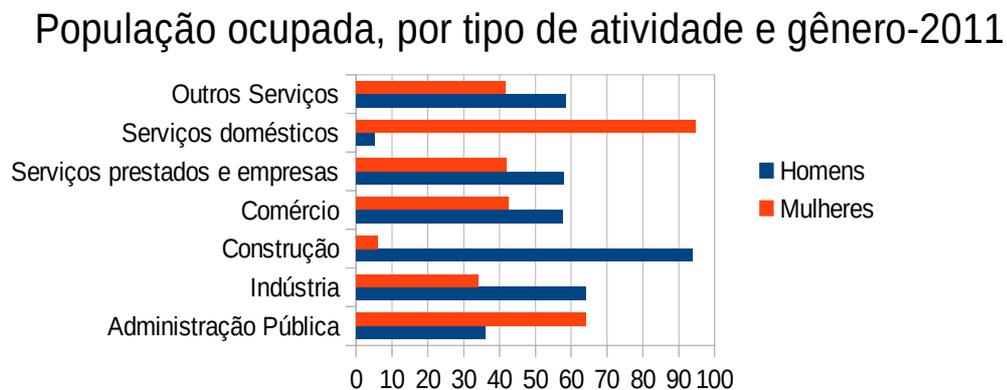
Um outro obstáculo na vida da mulher que será tratado agora é a inserção no mundo do trabalho, sendo este mais um espaço para opressão. De acordo com Lays Gonçalves Santos (2016), Renata Luzia Dias de Carvalho (2016) e Maria José Rodrigues (2016) em *As relações de trabalho no capitalismo contemporâneo: A inserção da mulher no mercado*, a consolidação da mulher no mercado de trabalho aconteceu a partir da Primeira (1914-1918) e Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com uma maior participação, de fato, a partir de 1970. Desde sempre, a mulher esteve sujeita a conduta machista, a começar por seus patrões majoritariamente do sexo masculino. Uma série de obstáculos (diferença salarial, assédio, menosprezo, etc.) que evidenciam o quanto a maior participação da mulher significa um marco na sua evolução enquanto detentora de direitos (iguais). Para as autoras, falar da inserção da mulher no mercado de trabalho requer remontar o período em que juridicamente as pessoas se tornaram iguais perante a lei: a abolição da escravatura em 1888. Entretanto, a formalidade da lei não previu nenhuma política econômica ou social que integrasse essa população historicamente marginalizada na sociedade. A partir dessa realidade, qual o papel da mulher negra que, agora livre, necessitava se manter, uma vez que não tinha perspectiva, aparato ou o mínimo de condições para ter sua dignidade reparada? A resposta das autoras é: subempregos, principalmente serviços domésticos, atentando para o fato de que durante a escravidão, atividades domésticas eram as atribuições das escravas. Ou seja, ela passou de uma posição inferiorizada para outra, uma dupla discriminação. São vários os aspectos que podem ser retirados: ser mulher em si já é um obstáculo, ser negra ainda mais por significar um rompimento nos padrões de beleza, a mulher com filhos, etc.

A pesquisa de Tânia Andrade (2016), intitulado *Mulheres no mercado de trabalho*, aponta que as mulheres sempre trabalharam, desde antes do pós-abolição. De acordo com a autora em citação,

A maior parte das mulheres sempre trabalhou. Suas trajetórias no mundo do trabalho não se iniciaram no pós-abolição, no pós-guerra ou nos anos 1970. Os primeiros dados oficiais de que se tem conhecimento apontam que, em 1872, elas representavam 45,5% da força de trabalho. Nesta época, de acordo com levantamento realizado por Brumer (1988) a partir do Censo Demográfico 1872, as mulheres estavam empregadas predominantemente na agropecuária (35%), nos serviços domésticos em lar alheio (33%) ou no serviço de costura por conta própria (20%). Após 1920, reduz-se drasticamente a participação econômica ativa (PEA) feminina¹. [...] É importante lembrar que, neste contexto, grande parte da produção se desenvolve dentro dos limites domésticos” (IPEA, 2014, p.592 apud ANDRADE, 2016, p.9)

Ainda, é ressaltado pela autora que entre 1950-2010, a participação masculina na PEA (População Economicamente Ativa) passou de 80,8% para 67,1%, na medida que a participação das mulheres passou de 13,6% para 49,9%. De acordo com o trabalho, há certa estabilidade da mulher no mercado, mas isso não é indicador do aumento da igualdade com os homens, inclusive a desigualdade pode ser vista através da estratificação das ocupações a partir de pesquisa realizada pela Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do IBGE, onde podem ser constatados os seguintes dados

IMAGEM 12- POPULAÇÃO OCUPADA POR TIPO DE ATIVIDADE E GÊNERO-2011



Fonte: Própria (2018)

Outros dados citados são dos setores de ocupação, o público e o privado. Ficou claro que no setor público as mulheres estão a frente, em 54,2% das ocupações, enquanto os homens ocupam 45,8%. Talvez isso mostre certa tendência em se preferir contratar homens do que mulheres no setor privado, ao passo que no setor público pelo fato de a forma de inserção ser através de concursos, é reduzida a possibilidade de discriminação. Outro ponto importante é o fato de o emprego doméstico enquanto nicho feminino por excelência, ressaltando algumas ocupações: empregada doméstica, faxineira, diarista, babá, cozinheira, lavadeira, passadeira, etc. Apontando mais uma vez para a questão da mulher negra

Em 2014, 14% das mulheres ocupadas eram trabalhadoras domésticas, num total de 5,9 milhões. Esse segmento permanece sendo a principal ocupação das mulheres negras: 17,7% delas eram trabalhadoras domésticas. No caso das mulheres brancas, há algumas décadas o emprego doméstico já deixou de ser a principal atividade econômica, ocupando 10% delas, atrás do comércio e da indústria. (ANDRADE, 2016, p.20)

De acordo com *Relações sociais de gênero no capitalismo contemporâneo*, de Leidiane Souza de Oliveira (2011), entende-se gênero enquanto categoria conceituada, decorrente da história humana, construída na base da diferenciação de papéis e que permeia o desenvolvimento histórico humano. A autora diz que,

A construção de uma identidade masculina ou feminina, passa pelas dimensões objetiva e subjetiva da constituição dos indivíduos, e dos aspectos não só biológicos, mas culturais, sociais, econômicos, se considerarmos a dimensão de totalidade que incide sobre a nossa formação humana. Sob essa perspectiva, chamamos atenção para a complexidade que, no capitalismo, atinge o processo de sociabilidade, uma vez que, impulsionado pelo trabalho como fundante da sociabilidade humana, os seres sociais, homens e mulheres, sem deixar de considerar a incidência de diferenças e de desigualdades nesse processo, se constituem afastando-se cada vez mais das relações naturais e orgânicas que também estão presentes neste processo. (OLIVEIRA, 2011, p.4)

Partindo do pressuposto de mercado de trabalho enquanto mais um local de opressão a mulher, ressalto aqui a questão do assédio moral como uma prática comum, tanto para homens como para mulheres. De acordo com o trabalho de José Sérgio de Castro Tarcitano (2004) e Cerise Dias Guimarães (2004), intitulado *Assédio Moral no ambiente de trabalho*, é citada uma pesquisa realizada, junto ao Sindicato dos Trabalhadores, entre os anos de março de 1996 a julho de 1998, onde foram entrevistadas 2.072 pessoas, sendo 1.311 homens e 761 mulheres. As pessoas

entrevistadas eram das Indústrias Químicas, Farmacêuticas, Plásticas e similares, abrangendo 97 empresas de grande e médio porte. Dos entrevistados 42%, sendo 494 mulheres e 376 homens, relataram ter sofrido constrangimento, humilhação e ter passado por situação vexatória repetidas vezes em local de trabalho. De acordo com os autores:

Na visão de Margarida Barretovi, o assédio moral é revelado por atos e comportamentos agressivos que visam a desqualificação e desmoralização profissional e a desestabilização emocional e moral do(s) assediado(s), tornando o ambiente de trabalho desagradável, insuportável e hostil. (TARCITANO; GUIMARÃES, 2004, p. 6)

Sendo assim, entende-se assédio moral enquanto uma prática violenta, autoritária, abusiva e reiterada, que segue uma lógica de competitividade, imposição, etc. Segundo os autores, o assédio pode ser de forma horizontal ou vertical, ou, de colega para colega, que é observada quando não se consegue lidar com as diferenças, principalmente quando elas se destacam; e a vertical que se deve a hierarquia e a figura de autoridade imediata que pode praticar o assédio. Em citação, os autores afirmam que as consequências da violência moral são diferentes para homens e mulheres. No caso da mulher, percebe-se a tristeza, o ressentimento, o isolamento, tremores ao avistar o agressor, dores de cabeça e no corpo, pensamentos repetitivos, etc. Para os homens, percebe-se a dificuldade em verbalizar a agressão, a vergonha, o sentimento de traição, de vingança, de fracasso, desonra. Então é ressaltado

A dor masculina é desesperadora e devastadora, na medida que os homens não expõem suas emoções, não choram em público e se isolam perdendo a interação com o outro. São danos à saúde que acarretam desequilíbrio interno e sofrimento profundo, exigindo, muitas vezes, um longo período de tratamento médico ou psicológico. A esses danos, somam-se as consequências do desemprego em massa, que aumenta o medo e submissão dos empregados. (TARCITANO; GUIMARÃES, 2004, p.32)

Existem vários caminhos que podem ser percorridos para posicionar a construção do gênero enquanto obstáculo à perpetuação de uma dinâmica violenta, especialmente nas periferias. Sendo assim, percebe-se o quão prejudicial essas relações são, partindo do âmbito privado ao público e vice-versa. Faz-se, então, necessária uma nova leitura dos direitos humanos, leitura essa que contemple os vários aspectos da sociedade, desde o econômico ao cultural. Apenas enxergando, reconhecendo e legitimando a pluralidade é que se pode pensar numa sociedade equitativa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabendo da herança patriarcal (cujas raízes encontram-se na Grécia Antiga) que pauta as relações sociais em Maceió, em Alagoas, no Nordeste, no Brasil e no mundo, devemos tentar compreender a dimensão da desigualdade que tal herança possibilita. Por muito tempo o patriarcalismo foi fortalecido e legitimado, estabelecendo a supremacia do homem em relação a mulher, uma relação de dominante/dominado, entretanto, os efeitos podem ser vistos em várias relações (pai, filho (a), entre amigos, entre colegas de trabalho, com desconhecidos, com empregados) numa luta para manter-se no topo da hierarquia, com o poder, o respeito, a imagem e a honra (viril) sempre acima dos demais. Com a Revolução Francesa abriram-se portas para que os indivíduos se posicionassem, levando sempre consigo as noções de igualdade, fraternidade e liberdade. A partir disso, uma nova mentalidade foi se moldando, mentalidade essa que permitia o respeito à singularidade. Uma nova fase da história da humanidade ocidental foi inaugurada, marcando o início da História Contemporânea. Os resultados da revolução repercutiram no ocidente e foram se espalhando pelo mundo, incluindo o Brasil. Entretanto, a herança patriarcal permanece naqueles que se apegaram aos valores tradicionais cuja postura conservadora impossibilita o respeito a singularidade e as mudanças no mundo.

Essa herança é o principal motivador da violência de gênero, focando na questão da mulher e no âmbito doméstico, onde o marido impõe essa superioridade historicamente construída. De acordo com a Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (2017), elaborada pela Universidade Federal do Ceará com o Instituto Maria da Penha e o Laboratório de Econometria e Otimização, as mulheres são as maiores vítimas de violência doméstica comumente perpetrada pelo companheiro ou ex-companheiro, tratando-se de uma prática sistemática e que é intensificada quando relacionada a outros tipos de violência que a mulher sofre durante sua vida: as diferenças salariais (e o próprio acesso ao mercado de trabalho), o acesso à saúde e educação, entre outros.

A partir do momento em que a mulher passa a ter mais espaço, a se posicionar, a expor seus desejos e suas expectativas contrárias a do homem/companheiro, o uso da violência, seja física ou verbal, é a forma usual que o homem utiliza para cessar o conflito e a contradição. Ainda, de acordo com Heleieth I. B. Saffioti (1994)

em trabalho intitulado *Violência de Gênero no Brasil Atual*, é importantíssimo o fato de as mulheres estarem tomando consciência de sua posição historicamente inferiorizada. Entretanto, esse não configura o motivo propriamente dito da violência contra a mulher, sendo mais um desencadeador dessa violência devido também a legitimidade e banalização da postura violenta.

A violência de gênero contra a mulher no Brasil é tão enraizada e legitimada, que muitos creem ser desnecessário investir em leis que a coíbam. Isso pode ser facilmente observado pelos altos índices e pelas conclusões acerca da violência contra a mulher que podem ser encontrados no site Relógios da Violência do Instituto Maria da Penha, onde é apontado que: a cada 2 segundos uma mulher é vítima de violência física ou verbal no Brasil, a cada 2.6 segundos uma mulher é vítima de ofensa verbal, a cada 6.3 segundos uma mulher é vítima de ameaça de violência, a cada 6.9 segundos uma mulher é vítima de perseguição, a cada 7.2 segundos uma mulher é vítima de violência física, a cada 1.4 segundos uma mulher é vítima de assédio (1.5 segundos para o assédio em via pública), a cada 4.6 segundos uma mulher é assediada em ambiente de trabalho, a cada 6.1 segundos uma mulher é vítima de assédio em transporte público, a cada 2 minutos uma mulher é vítima de arma de fogo, a cada 16.6 segundos uma mulher é ameaçada com faca ou arma de fogo. É importante ressaltar que mesmo com as conquistas atuais na questão da violência contra a mulher, especialmente com a Lei 11.340/06 ou a Lei Maria da Penha, que prevê a criação de uma série de mecanismos que visam coibir e erradicar tais violências, tais índices continuam a ser altos.

É um avanço enorme nos dias atuais ter uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e todo um aparato⁵¹ que estabelece princípios, conceitos, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência, além de trabalhar em consonância com a Lei Maria da Penha e outros tratados e convenções internacionais, como já foi citado neste trabalho. Entretanto, é importante questionar a eficácia desse aparato, levantando os estudos realizados que analisam essa questão. No caso de Alagoas, um dos focos do trabalho, é observado através de diversas matérias que é um dos Estados em que mais se matam mulheres e, na mes-

51 A rede de apoio (Delegacias, Juizados, Secretarias, etc.).

ma medida, o que tem a menor taxa de inquéritos de violência contra a mulher. Se é o Estado onde mais se mata mulher, como pode ter uma taxa tão baixa? De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, isso se dá pela busca das instituições em resolver o problema, o que provavelmente não deve acontecer. Ainda, a matéria aponta que em todo o Estado existem apenas 4 assistentes sociais e 3 psicólogos no quadro de profissionais para atender as vítimas. O fato é que mesmo com índices altos de violência contra a mulher, apenas uma parcela chega a justiça. Será ignorância dos profissionais responsáveis? Será má vontade? Será deficiência do aparato? Ou será tudo isso junto? O que acontece de certeza é o aumento dos índices, esse é o fato. De acordo com uma matéria da GazetaWeb realizada no ano de 2018, em seus primeiros meses, Alagoas tem a média de dois casos de violência contra a mulher por dia. É citado na matéria que muitas mulheres após a denúncia, expressam o desejo de retirá-la, mesmo não sendo mais possível, numa justificativa de que a violência foi perdoada e que tudo já está bem. Não tem como saber o real motivo de muitas mulheres desejarem retirar a denúncia mas várias suposições podem ser feitas: a coerção, o medo de retaliação, o sentimento de insegurança e a própria impunidade, etc. Ainda, a matéria cita a Patrulha Maria da Penha, que tem a finalidade de visitar os domicílios em que moram mulheres com medidas protetivas a fim de avaliar a situação e observar qualquer descumprimento, mas isso depende também de a mulher expor a situação, uma vez que descumprimento da medida protetiva depende unicamente de um fator: a denúncia, já que o Estado não possui condições de fiscalizar ou garantir minimamente a eficácia. Para reverter esse quadro é necessário fortalecer o aparato disponível que além de insuficiente, é deficiente. Por exemplo, em Alagoas existem apenas 3 Delegacias Especializadas para atender a demanda da mulher vítima de violência, num estado com 3120494 pessoas (IBGE, 2010), onde mais de 50% são mulheres. Qual a chance de essas delegacias suprirem a necessidade do Estado? As medidas protetivas são eficazes mesmo sem ter uma fiscalização? A polícia está sendo eficaz na instauração de inquéritos? Qual a chance de eficácia? Simplesmente os dispositivos não cumprem com sua função e estão longe disso, tanto pelos dados apresentados acima como pelos dados mostrados na Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (2016)⁵² que define como ausentes as discussões acerca

52 <http://www.caen.ufc.br/wp-content/uploads/2017/11/relatorio-v05-22112017.pdf>

da violência doméstica no âmbito acadêmico e na gestão pública. Sendo assim, de acordo com a referida pesquisa, são feitas algumas sugestões para que se combater a violência de gênero: o incentivo aos programas de prevenção que tem como prioridade abordagens integradas (assistência médica, psicológica, jurídica, etc) e que visem trabalhar com todos os envolvidos (a mulher, o homem, os filhos, etc), redefinir o papel do (a) adolescente nesse contexto, numa perspectiva de desconstruir uma mentalidade permissiva quanto à violência doméstica e de gênero e alinhar o próximo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres com alguns preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

São várias as campanhas do Ministério Público Estadual e outros órgãos que visam o estímulo às denúncias, o enfrentamento e o combate a violência doméstica. Mas até onde essas campanhas chegam? Num proposta do MP/AL de aproximação dos mais vulneráveis ao acesso da justiça, surgiu o Ministério Público Comunitário (MPCOM) no bairro Vergel do Lago, um dos mais violentos de Maceió, a 4^o Capital do Nordeste no ranking dos maiores índices de violência doméstica contra a mulher que. O Ministério Público Comunitário (MPCOM) em relação a violência contra a mulher tem um papel ínfimo de combate, uma vez que não tem caráter de executor de políticas públicas, se restringindo a orientações, encaminhamentos e mediações de conflito em situações onde o diálogo ainda pode ser reestabelecido. Dentro do contexto onde funciona o MPCOM, o do Vergel do Lago, podem ser observados alguns dados para a região: 17,7% (IBGE, 2018) de desempregados; 31.538 habitantes (IBGE, 2010), sendo sua população majoritariamente constituída por mulheres (16.787 habitantes do sexo feminino e 14.751 do sexo masculino); oferta de serviços públicos insuficientes para a população, agravando a exclusão e a desigualdade, especialmente para os que moram imediatamente às margens da Lagoa Mundaú (numa situação precária e de extrema vulnerabilidade); dados do IBGE (2010) afirmam que 31,67% da população do bairro possui o rendimento familiar mensal de $\frac{1}{2}$ a 1 salário-mínimo, 28,81% possui de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário-mínimo e 17,61% sobrevive com $\frac{1}{4}$ de salário-mínimo mensal, ou seja, a maioria absoluta sobrevive com os rendimentos iguais a um salário-mínimo ou abaixo dele. Nessa realidade de constantes violações de direitos, vulnerabilidade, exclusão social, marginalização e diminuição dos serviços ofertados voltados para as demandas sociais, a população necessita de ações afirmativas à garantia de seus direitos. Como já foi citado no decorrer des-

te trabalho, não existe um perfil específico para a mulher que é vítima de violência mas nesse contexto, no Vergel do Lago, um dos mais populosos de Maceió, onde a maioria da população é composta por mulheres, é de se esperar que os índices de violência de gênero sejam altos e tendam a crescer se as deficiências do aparato de enfrentamento não forem superadas.

O Brasil como um todo assumiu perante a comunidade internacional o compromisso de implantar e cumprir os dispositivos legais para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, entretanto, a ineficácia judicial é seu maior obstáculo, junto com a impunidade⁵³ e a impossibilidade de vítima conseguir reparação. Mais uma vez, é importante ressaltar a implementação da Lei 11.340/06 como um marco nacional de reconhecimento da violência de gênero institucionalizada no Brasil, uma questão que ultrapassou a violência doméstica, se referindo simplesmente a condição feminina, o ser mulher. Para se compreender isso, primeiramente deve-se reconhecer a perspectiva de gênero, deve-se buscar, além da constitucionalidade, uma igualdade material, real.

Sendo assim, conclui-se que é necessário analisar a sociedade através de um outro ângulo, superando a construção desigual dos gêneros, afastando-se da história contada apenas a partir do homem e da universalidade da sua perspectiva, dando visibilidade à história contada pela mulher e sua luta histórica por direitos e representatividade. Isso não só no âmbito acadêmico, mas também na política, na mídia, nas escolas e em todos os espaços que podem e são ocupados pelas mais distintas pessoas. Essa superação abre espaço para uma nova forma de organização social, tirando do topo da hierarquia o homem dominante, dando espaço também a outros modelos de masculinidade além da diversidade do que é ser mulher. A partir daí, pode-se começar a imaginar uma sociedade com menos violência, onde a singularidade pode ser respeitada, expressada e representada, sem o medo da repressão, do silenciamento, da marginalização e da morte.

53 Devido, principalmente, a lentidão da justiça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAGOAS. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Plano Municipal de Assistência Social de Maceió.**Maceió, 2014. Disponível em: <http://www.-maceio.al.gov.br/wp-content/uploads/admin/documento/2014/08/PMAS_Maceio_2014_2017-FINALIZADO-para-upar.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2017.

AVER, Ana. **A relação iluminação pública e criminalidade.** 2013. Disponível em: <<https://www.google.com/urlsa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwjmh8m4m4veAhWJl-ZAKHXbyBa0QFjAAegQICRAC&url=https%3A%2F%2Fwww.ipog.edu.br%2Fdownload-arquivo-site.sp%3Farquivo%3Da-relacao-iluminacao-publica-e-criminalidade-152947.pdf&usg=AOvVaw2amegSb6zNs3AORpZ09Y7e>>. Acesso em: 8 mar. 2017.

AZEREDO, Sandra. **Preconceito contra a mulher: diferença, poemas e corpos.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEURLEN, Alexandra et al. **Diagnóstico da Rede da Infância em Maceió nos bairros da Cidade Universitária, Benedito Bentes, Antares, Santos Dumont, Santa Lúcia, Clima Bom, Tabuleiro dos Martins, Rio Novo, Fernão Velho, Canaã, Ouro Preto, Santo Amaro, Jardim Petrópolis e Pinheiro.** Maceió, 2018.

BLAY, Eva Alterman (Org.). **Feminismo e Masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher.**São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

Brasil. **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a violência contra as Mulheres.** Brasília, 2013.

BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Brasília, 2004.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: Indicadores nacionais e estaduais.** 2. ed. Brasília, 2018.

BRETAS, Valéria. **Os piores estados para ser mulher no Brasil.** 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/os-piores-estados-para-ser-mulher-no-brasil/>>. Acesso em: 7 jan. 2018.

CAMPANHA 'Agosto Lilás' alerta para violência contra a mulher em Alagoas. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/campanha-agosto-lilas-alerta-para-violencia-contra-a-mulher-em-alagoas.ghtml>>. Acesso em: 3 mar. 2018.

CARVALHO, José Raimundo; OLIVEIRA, Victor Hugo. **Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher: Violência Doméstica e seu Impacto no Mercado de Trabalho e na Produtividade das Mulheres.** Fortaleza, 2017. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/11/violencia_domestica_trabalho_ago_17.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2018.

CINARA, Gilca; BEDER, Luciana. **Arapiraca e Rio Largo lideram índices de violência contra a mulher em Alagoas.** 2018. Disponível em: <<https://www.cadaminuto.com.br/noticia/325258/2018/08/20/arapiraca-e-rio-largo-lideram-indices-de-violencia-contra-a-mulher-em-alagoas>>. Acesso em: 13 set. 2018.

CONGRESSO NACIONAL. Constituição (1940). Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Rio de Janeiro

CONGRESSO NACIONAL. Constituição (2006). Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Brasília.

DUARTE, Rubens de Oliveira. **Orla Lagunar Apropriação e Paisagem (1960-2009).** 2010. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

GONÇALVES, Maurício. **Maceió abriga uma população de desassistidos:** A Gazeta de Alagoas publicou uma matéria especial na edição do último domingo, 17, sobre as comunidades excluídas de Maceió. A matéria cita pesquisa sobre a situação das crianças na Orla Lagunar realizada pela Ufal. Leia alguns trechos da matéria.. 2009. Disponível em: <<https://ufal.br/ufal/noticias/2009/05/maceio-abriga-uma-populacao-de-desassistidos>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

IMPASSE penaliza 10 mil pessoas na orla lagunar. 2018. Disponível em: <<http://www.correiodopovo-al.com.br/index.php/noticia/2018/01/09/impasse-penaliza-10-mil-pessoas-na-orla-lagunar>>. Acesso em: 15 maio 2018.

JAPIASSÚ, Luana Andressa Teixeira. **Expansão urbana de Maceió, Alagoas: caracterização do processo de crescimento territorial urbano em face do plano de desenvolvimento- de 1980 a 2000.** 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.

Julio Jacobo Waiselfisz. **Mapa da Violência 2015: Homicídios de Mulheres no Brasil.** Brasília: All Type Assessoria Editorial Ltda, 2015.

LEVY, Bruno. **Relatório da Seprev aponta os bairros mais violentos de Maceió.** 2016. Disponível em: <<https://www.cadaminuto.com.br/noticia/289655/2016/07/12/relatorio-da-seprev-aponta-os-bairros-mais-violentos-de-maceio-confira>>. Acesso em: 3 set. 2017.

MALTA, Silvia. **Violência na Família: uma matriz da violência na sociedade**. 3. ed. Santo Antônio de Jesus: União Artes Gráfica Editora Ltda, 2011.

MACEIÓ é a 4ª capital do Nordeste em violência contra mulheres. 2017. Disponível em: <<https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/maceio-e-a-4a-capital-do-nordeste-em-violencia-contra-mulheres/>>. Acesso em: 2 maio 2018.

MACIEL, Osvaldo . Espaço urbano e marginalização em Maceió (1895-1905). In: V Encontro Nordestino de História, 2004, Recife. Caderno de Resumos do V Encontro Nordestino de História. Recife: s/id, 2004. p. 79-79.

NASCIMENTO, Lucila Barbalho. A desconstrução da história androcêntrica e o empoderamento das mulheres. In: XXIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29, 2017, Brasília. **Anal**. Brasília: Isbn, 2017. p. 1 - 11.

OLIVEIRA, L. S.. Relações sociais de gênero no capitalismo contemporâneo. In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011, São Luis. CD do Evento. São Luis: UFMA, 2011. v. 01.

PRIORE, Mary del. **Histórias e Conversas de Mulher**. São Paulo: Planeta do Brasil Ltda, 2013.

PRIORE, Mary del. **Histórias íntimas, sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil Ltda, 2011.

REQUALIFICAÇÃO da orla lagunar prevê complexo habitacional, pavimentação e paisagismo. 2016. Disponível em: <<https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/requalificacao-da-orla-lagunar-preve-complexo-habitacional-pavimentacao-e-paisagismo/>>. Acesso em: 6 dez. 2017.

RIBEIRO, Janaína. **MPE lança campanha de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 2017. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2017/08/_37844.php>. Acesso em: 17 set. 2017.

SAMPAIO, Josineide Francisco. **O direito à saúde de crianças e adolescentes da Orla Lagunar de Maceió - Alagoas: a atenção à saúde em um processo de exigibilidade de direitos humanos**. 2013. 162 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://bdtd.fapeal.br/Titulos/762/o-direito-a-saude-de-criancas-e-adolescentes-da-orla-lagunar-de-maceio-alagoas-a-atencao-a-saude-em-um-processo-de-exigibilidade-de-direitos-humanos>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

SANTOS, Lays Gonçalves; CARVALHO, Renata Luzia Dias de; RODRIGUES, Maria José. As relações de trabalho no capitalismo contemporâneo: a inserção da mulher no mercado. In: X SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FACULDADE R. SÁ, 10., 2016, Picos. **Artigo**. 2016. Disponível em: <http://www.faculdadersa.com.br/Arquivos/downloads/semana_cientifica/Trabalhos%202016/Servico_Social/AS_RELACOES_DE_TRABALHO_NO_CAPITALISMO_CONTEMPORANEO.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2017.

SILVA, Célia Nonata da; LUCENA, Eduardo Apolo Duarte de; SANTOS, Denisson da Silva. **Entre Lobos: Femicídio e violência de gênero em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2015.

SILVA, Danielle; LIMA, Fillipe. **Projeto que prevê o fim das favelas na orla lagunar está orçado em R\$ 200 milhões**. 2018. Disponível em: <<http://www.alagoas24horas.com.br/1122217/projeto-que-preve-o-fim-das-favelas-na-orla-lagunar-esta-orcado-em-r-200-milhoes/>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

SILVA, Jordânnya Dannyelly do Nascimento. **Urbanização e Saúde em Maceió, AL: os casos dos bairros Vergel do Lago, Jacintinho e Benedito Bentes**. 2011. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

SIQUEIRA, Tatiana Lima. Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero. **Ártemis**, Paraíba, v. 8, p.110-117, jun. 2008.

SOCIAIS, Msw Consultores. **Relatório da Pesquisa Sócio-econômica "Orla Lagunar"**. 2008. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/boas-praticas/aceso-a-servicos-publicos/mpe-al/comunidades-da-orla-lagunar/relatorio-socio-economico-seads>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

TARGINO, Izabelle. **Estudo aponta bairros mais violentos da capital alagoana**. 2016. Disponível em: <<http://www.alagoas24horas.com.br/987644/estudo-aponta-bairros-mais-violentos-da-capital-alagoana/>>. Acesso em: 2 jan. 2018.